

Caderno de Questões

TJ - MA

**Pensar
Concursos**

**200
Questões
FCC**



@pensarconcursos

QUAIS SÃO SEUS OBSTÁCULOS?

Recentemente vi uma cena protagonizada por meu primo de 5 anos e imediatamente fiz uma relação com os concursos. E explico.

Há, na frente do mercado, pequenos degraus, de aproximadamente 4cm cada. E ele conseguia “**vencer**” aqueles degraus (era três) com uma alegria enorme.

E foi aí que pensei: **quais são os obstáculos que estão impedindo minha aprovação?**

Ora, degraus de 4cm para nós, adultos, é algo bobo. Mas para uma criança aquilo é um grande obstáculo.

Só que com **insistência**, mesmo se agarrando na parede ou em quem quer que seja, meu primo venceu aqueles degraus. E simples: **ele não desistiu**. E ao final, ao vencê-los, repetiu isto por várias e várias vezes. E a cada vez abria um grande sorriso.

Assim também temos que agir. Se for necessário, temos que nos agarrar em qualquer coisa – desde que lícita e sadia, é claro – para obter nossa aprovação.

Mas o principal é não desistir. **E, ao final, abrir um grande sorriso.**

Às vezes, ao nos depararmos com obstáculos, fazemos daquilo um grande tormento. Pensamos e dizemos que ali é o fim, que o trem chegou ao final da linha.

Mas o que temos que aprender, principalmente, é não “**dar tanta moral assim**” para esses obstáculos.

Obstáculos existem para serem vencidos e não para ser o fim. Já imaginou se os obstáculos fossem o fim? Já imaginou em que pé estaria a humanidade? Já imaginou se teríamos tantos inventos técnicos e científicos? Certamente seriam poucos, talvez raros.

Quais são os obstáculos que estão impedindo você de ser aprovado? Já parou para pensar sobre isso? Então pare, pense, e trace estratégias de como vencê-los.

Portanto, utilize o nosso material com todo o seu esforço, pois tenho certeza que uma questão vista aqui pode fazer você conquistar várias posições.

Índice

LÍNGUA PORTUGUESA.....	4
DIREITO ADMINISTRATIVO	35
DIREITO CONSTITUCIONAL	64
NOÇÕES DE INFORMÁTICA	94

LÍNGUA PORTUGUESA

01. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:

- a) Entre as várias atrações que (**conter**) um livro, uma é a de tornar-se um objeto do afeto de quem o possui.
- b) Se há imagens pelas quais se (**deixar**) prender um espectador, há palavras que encantam um leitor.
- c) Quando há num livro imagens excessivas, que (**contaminar**) um texto, as palavras saem desvalorizadas.
- d) A despeito de (**haver**) nele figuras demais, esse livro infantil atrai também um leitor adulto.
- e) Aos frequentadores da internet (**atrair**) sobretudo o volume de informações que nela circulam.

02. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) A menos que, por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje, já acostumados com a rapidez, encontrariam nelas, certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.
- b) A menos que por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje já acostumados, com a rapidez, encontrariam nelas certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.
- c) A menos que por um milagre, as velhas enciclopédias, sobrevivessem, os jovens de hoje já acostumados com a rapidez encontrariam nelas, certamente um desafio, para a sua paciência, quando as fossem consultar.
- d) A menos que por um milagre as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje, já acostumados, com a rapidez encontrariam nelas, certamente, um desafio, para a sua paciência quando as fossem consultar.
- e) A menos, que por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem os jovens de hoje, já acostumados com a rapidez, encontrariam, nelas, certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.

03. Há transposição de uma voz verbal para outra e pleno atendimento das normas de concordância no seguinte caso:

- a) uma equipe de repórteres britânicos visitaria a favela / a equipe dos repórteres britânicos teriam visitado a favela.
- b) os costumes do dia a dia da favela seriam documentados / documentariam o cotidiano habitual de uma favela.
- c) a jovem personificava o contrário das expectativas / eram opostas as expectativas que personificavam a jovem.
- d) uma energia incontrolável era a marca dos gestos da jovem / a jovem marcava os gestos que não controlavam sua energia.
- e) o autor estabelece uma relação entre um barraco e um palácio / o autor faz ver a relação que estabelece um barraco e um palácio.

04. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) Não é comum note-se bem, que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- b) Não é comum - note-se bem - que alguém considere, a loucura, para além da mera insanidade: vendo nela uma possibilidade criativa, embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- c) Não é comum, note-se bem, que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela, uma possibilidade criativa embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- d) Não é comum: note-se bem que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa - embora pouco explorada da nossa imaginação.
- e) Não é comum, note-se bem, que alguém considere a loucura para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa, embora pouco explorada, da nossa imaginação.

05. A oralidade contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas. Oralidade quer dizer pré-literatura, aquela que existia apenas graças à voz humana [...] (1º parágrafo)

A frase acima está articulada com correção em um só período em:

- a) Contribuiu de maneira decisiva, para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas; a oralidade, à qual quer dizer pré-literatura, que existia apenas devido à voz humana.

- b) A oralidade, onde contribuiu de maneira decisiva, para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas quer dizer pré-literatura: existia apenas graças à voz humana.
- c) Existia graças apenas à voz humana a oralidade, à qual contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas: oralidade quer dizer pré-literatura.
- d) Contribuindo, de maneira decisiva, para impulsionar a civilização, da época das pinturas rupestres à viagem dos homens às estrelas, a oralidade quer dizer pré-literatura, cuja existia graças à voz humana apenas.
- e) A oralidade, que quer dizer pré-literatura - aquela que existia apenas graças à voz humana -, contribuiu de maneira decisiva para impulsionar a civilização da época das pinturas rupestres até a viagem dos homens às estrelas.

06. O livre comentário a respeito das ideias do texto está escrito corretamente em:

- a) As sociedades ocidentais, antes do advento da escrita também utilizava a oralidade como meio para transmitir, de uma geração para outra, conhecimentos, regras e tradições.
- b) Julgaram-se no passado que os povos sem escrita fossem povos com cultura de menor valor, mas, esse conceito infundado, já foi ultrapassado.
- c) Sabe-se que em sociedades orais, as quais não existe escrita, a função da memória é mais desenvolvida, além de serem mais fortes a ligação entre o homem e a palavra.
- d) Antes do surgimento da escrita, a oralidade era o principal meio de comunicação dos homens, e, durante séculos, transmitiram-se oralmente conhecimentos e tradições culturais.
- e) A atividade de contar histórias, nas sociedades modernas, deu lugar a leitura, sendo que, ler histórias em voz alta não deixam de ser resquícios de práticas de oralidade.

07. ... para esquecer o medo do trovão, as aparições e os milhares de perigos... (último parágrafo)

No contexto, o segmento acima assinala noção de

- a) causa.
- b) temporalidade.
- c) oposição.
- d) comparação.
- e) finalidade.

08. ... mas só a escrita a fixou... (último parágrafo)

O elemento sublinhado acima possui, no contexto, a mesma função sintática do que está também sublinhado em:

Parte superior do formulário

- a) Contar histórias é o antecedente remoto da literatura...
- b) ...inspirava nos humanos a mesma ficção...
- c) ... as vidas que não tinham nem nunca teriam em sua miúda e sucinta realidade.
- d) ... e os faziam viajar pelo espaço...
- e) A oralidade contribuiu de maneira decisiva...

09. O verbo em destaque deve sua flexão ao elemento sublinhado em:

- a) ...tiravam homens e mulheres das prisões asfixiantes que **eram** suas vidas...
- b) Mas, além disso, nos ensina como **é** pequeno o mundo real...
- c) ...com os mundos que **somos** capazes de fantasiar...
- d) As histórias que inventamos **constituem** a vida secreta de todas as sociedades...
- e) O progresso **nasceu** assim, da insatisfação...

10. Considere as afirmativas abaixo.

I. No segmento ... e os milhares de perigos que os espreitavam em qualquer parte (final do texto), o elemento sublinhado refere-se a "perigos".

II. Em ... aquela dimensão da existência que, embora nunca tenha tido chance de se realizar, foi de alguma forma vivida... (3º parágrafo), as vírgulas isolam um segmento de valor concessivo.

III. Em Os contos, as histórias inventadas, davam mais vida aos nossos ancestrais... (2º parágrafo), as vírgulas isolam o predicativo do sujeito.

Está correto o que consta de

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) II e III, apenas.

11. Está correto o emprego do segmento sublinhado na seguinte frase:

- a) Opõe-se as manifestações de segurança do gato a indecisão do cachorro.
- b) Os cachorros são acometidos àquelas carências que são também nossas.

- c) É graças aquele ensimesmamento em que lhes é característico que faz os gatos admirados.
- d) O autocontrole dos gatos é um traço forte do qual devemos nos render.
- e) Àquela insegurança típica dos cães contrapõe-se a soberania íntima dos gatos.

12. Há adequada correlação entre os tempos verbais e pleno atendimento às normas de concordância na frase:

- a) Houvesse no gato e no cachorro outros atributos característicos desses animais, não seria aceitável a analogia que faz o ditado chinês entre eles e os gêneros literários.
- b) Caso não se compreenda bem as distinções entre prosa e poesia, não seria fácil distinguir entre as alusões que o ditado chinês faz ao comportamento do gato e do cachorro.
- c) As atribuições em que se empenham o ditado chinês para distinguir entre cachorro e gato dificilmente fossem compreensíveis sem a consciência do que seja as artes da poesia e da prosa.
- d) Se o cachorro encarnasse alguns dos atributos da poesia e o gato alguns da prosa, o ditado chinês poderá ser contestado quanto às analogias que promovem.
- e) À medida que fôssemos observando o comportamento do cachorro e do gato, seremos levados a concordar com o que se asseguram nas palavras do ditado chinês.

13. Ocorre emprego de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:

- a) Veem-se a ciência e o mercado como expressões de uma liberdade que sempre devem os homens estipular qual seja e arbitrar como precisa funcionar.
- b) Ele se considera um bom cientista, mas nem por isso julga que quaisquer empregos de suas experiências estejam isentas de uma justa apreciação ética.
- c) Não é papel do gramático definir o sentido de uma frase, mas tão somente reconhecer as operações linguísticas que se torne admissível na construção dela.
- d) Por mais que pareçam imediatamente produtivos, aos avanços da ciência e ao aperfeiçoamento do mercado devem corresponder rigor similar em sua avaliação ética.
- e) É possível que nem todos julguem igualmente importantes o significado das contribuições que a ciência e o mercado vem dando para o nosso avanço civilizatório.

14. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:

- a) Costuma ocorrer com frequência, conforme a argumentação do autor do texto, distorções graves quanto ao que se entende por liberalismo.
- b) Não é dado a ninguém presumir que seus interesses pessoais, em todos os casos, haja de coincidir com os de seus semelhantes.
- c) Por que razão esperar que sejamos aquinhoados de um conjunto de benefícios que nada fizemos por merecer?
- d) Os impostos de renda dos sonegadores não poderão reverter em investimentos capazes de gerar benefícios públicos.
- e) O motorista de táxi acabou por fornecer ao autor argumentos que o deixou convencido da justeza de sua teoria sobre os liberais de ocasião.

15. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado em:

- a) Não (**faltar**) ao autor, a despeito de suas vocações aparentes, bastante ânimo para reerguer o prestígio do teatro nacional.
- b) Quando a alguém não (**ocorrer**) atender seus impulsos primeiros, é possível que venha a atender sua vocação essencial.
- c) Diante das condições que (**atravessar**), naqueles anos, o teatro nacional, não hesitou o autor em buscar redimi-lo.
- d) Seria preciso que o (**recomendar**) amigos para a função de crítico teatral para que o autor efetivamente se consagrasse nesse trabalho.
- e) Aos alunos de colégio (**brindar**) o professor com suas aulas sobre Kant e Aristóteles, de modo modesto, segundo ele mesmo confessa.

16. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) Na visão de Saramago o papel de um romancista, diferentemente do de um historiador é: tratar ficcionalmente de fatos que podem ocorrer, em qualquer tempo da história uma vez que, ainda de acordo com esse grande escritor português - a progressão dos fatos vividos, pode ser compreendida sincronicamente.
- b) Na visão de Saramago, o papel de um romancista diferentemente do de um historiador, é tratar ficcionalmente de fatos que podem ocorrer, em qualquer tempo da história; uma vez que ainda de acordo com esse grande escritor português, a progressão dos fatos vividos pode ser compreendida sincronicamente.

c) Na visão de Saramago o papel de um romancista, diferentemente, do de um historiador, é tratar ficcionalmente de fatos que podem ocorrer em qualquer tempo da história - uma vez que ainda de acordo com esse grande escritor português, a progressão dos fatos vividos pode ser compreendida sincronicamente.

d) Na visão de Saramago, o papel de um romancista, diferentemente do de um historiador, é tratar ficcionalmente de fatos que podem ocorrer em qualquer tempo da história, uma vez que, ainda de acordo com esse grande escritor português, a progressão dos fatos vividos pode ser compreendida sincronicamente.

e) Na visão de Saramago, o papel de um romancista diferentemente do de um historiador é tratar, ficcionalmente, de fatos que podem ocorrer, em qualquer tempo da história: uma vez que ainda de acordo, com esse grande escritor português, a progressão dos fatos vividos pode ser compreendida, sincronicamente

17. As normas de concordância verbal estão adequada e plenamente atendidas na frase:

a) Remontam aos anos 60, às minhas aulas de educação física, a convicção das ideias de meu professor quanto aos ônus que acarretaram a profissionalização do futebol.

b) Ao nosso professor de educação física não impressionavam as supostas condições vantajosas a que veio se submeter a prática do futebol profissional.

c) Quem viveu nos anos 30 certamente se deparou com uma realidade do esporte que não podiam imaginar susceptíveis às rupturas que implicariam a profissionalização.

d) Sensível à fatalidade dos anos que inapelavelmente transcorre, o poeta Ferreira Gullar deixou que em seus versos se expressasse, mais que uma nostalgia, as impossibilidades da memória.

e) O prazer de jogar e o amor à camisa, na época do amadorismo, não podia faltar ao praticante de um esporte cujos prazeres tornava dispensável qualquer outra retribuição.

18. O verbo em destaque deve sua flexão ao termo sublinhado em:

a) ... **devem** ser obtidos os mesmos resultados quando esses experimentos forem repetidos em pessoas.

b) Que a solidão **causa** mudanças comportamentais ninguém duvida...

c) ... esse hormônio faz parte do mecanismo que provoca os efeitos da solidão e **está** envolvido com o aparecimento dos sintomas...

d) Ela provoca depressão, **facilita** o aparecimento de doenças...

e) Os cientistas, ao examinar os cérebros desses animais, **observaram** um enorme aumento na quantidade de NkB.

19. Considere as afirmações abaixo a respeito da pontuação do texto.

I. Em Seres humanos possuem dois tipos de habilidades - física e cognitiva (3º parágrafo), o travessão introduz um esclarecimento e pode ser substituído por dois-pontos, sem prejuízo da correção.

II. Em para cada emprego perdido para uma máquina pelo menos um novo emprego foi criado, e o padrão de vida médio subiu consideravelmente (2º parágrafo), o emprego da vírgula se justifica, uma vez que separa duas orações com sujeitos diferentes.

III. O sentido não será alterado caso se acrescente uma vírgula imediatamente após “serviços” em novos trabalhos no setor de serviços que requeriam o tipo de habilidade cognitiva que só humanos possuíam [...] (3º parágrafo).

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) I.

20. Atenção: Para responder as próximas 2 questões, considere o texto abaixo.

- 1 *Existe uma estreita relação entre nutrição, saúde e educação, de um lado, e capacidade de trabalho e iniciativa de outro. A incompetência econômica do indivíduo resulta em privação material: sua demanda por bens não corresponde a uma demanda recíproca, no mercado, por aquilo que ele é capaz de oferecer. Ao mesmo tempo, a pobreza de uma geração se torna o berço da incompetência da geração seguinte: o ambiente de privação material e ignorância em que nasce (e se forma) o indivíduo impede que ele desenvolva todas as qualidades físicas, morais e intelectuais das quais dependerá sua competência na vida prática e sua sobrevivência no mercado. Fecha-se assim o elo entre pobreza e improiciência.*
- 2 *Entre os economistas do século XIX, foi Marshall aquele que melhor compreendeu a importância da formação de capital humano – do investimento na qualidade da força de trabalho – para um programa de reforma social eficaz, voltado para a erradicação da pobreza e a promoção da riqueza e do desenvolvimento sociais. Na Inglaterra oitocentista de Marshall, existia um vasto contingente de indivíduos trabalhando com um nível baixíssimo de produtividade, semicupados ou até incapacitados de exercer qualquer tipo de atividade no mercado que lhes garantisse o mínimo necessário para um padrão de vida tolerável.*
- 3 *A bandeira da educação compulsória e universal, financiada e pelo menos parcialmente provida pelo Estado, é uma tônica constante da economia clássica desde Adam Smith. Malthus, para citar apenas um exemplo, sugeria que o investimento público maciço em educação seria uma resposta mais eficaz do que a Poor Law (sistema de assistência social aos pobres) no combate ao pauperismo.*
- 4 *O ponto crucial, contudo, é que os economistas clássicos ainda tendiam a abordar a questão da educação mais sob o ângulo do bem-estar social, da mudança de atitudes e valores que acarretava, do que sob o ângulo do capital humano, isto é, como parte do esforço de investimento e formação de capital produtivo de uma nação.*
- 5 *Foi apenas com os “Princípios de economia” de Marshall que os economistas passaram a tratar a educação, além da saúde, alimentação etc. – o investimento em seres humanos em suma –, não mais como uma questão simplesmente humanitária (embora, é claro, também o seja), mas como parte do esforço de acumulação de capital: como investimento na capacidade produtiva da população, entendida como resultante de sua saúde e educação básica, bem como de seu grau de competência profissional.*
- 6 *O núcleo do argumento marshalliano é a noção de que o verdadeiro gargalo com que se defrontam as economias menos desenvolvidas não é a escassez de capital financeiro, mas a escassez de capital humano. É a falta de capacitação da comunidade para integrar-se de forma dinâmica à economia mundial que compromete o esforço de crescimento numa economia atrasada.*
- 7 *Mas o que é, afinal, o capital humano? O capital humano representa a capacitação do indivíduo para o trabalho qualificado. Ele é constituído não somente pelo resultado do investimento da família e da sociedade na competência produtiva das pessoas, mas também por elementos de natureza ética como, por exemplo, a capacidade dos indivíduos de agir com base nos interesses comuns. Com isso, aumenta o poder de ganho dos indivíduos no mercado e eles aprendem que é do seu próprio interesse respeitar regras gerais de conduta das quais todos os participantes da sociedade se beneficiam, embora para isso precisem restringir alguns de seus interesses pessoais mais imediatos.*
- 8 *É importante frisar que Marshall sustentou um argumento de caráter econômico quando defendeu a distribuição menos desigual da riqueza e da renda, de modo a promover a formação de capital humano. Seu argumento chama a atenção para os ganhos obtidos a partir da melhora na educação da população: “nenhuma mudança favoreceria tanto um crescimento mais rápido da riqueza material quanto uma melhoria das nossas escolas [...], desde que possa ser combinada com um amplo sistema de bolsas de estudo, o que permitirá ao filho do trabalhador mais simples a obtenção da melhor educação teórica e prática que nossa época é capaz de oferecer a ele.”*

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. Companhia das Letras, 2018, edição digital.)
Considerado o contexto, está correto o que consta de:

- a) O sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua “economia mundial” por “uma economia globalizada” no segmento integrar-se de forma dinâmica à economia mundial (6º parágrafo).
- b) O segmento não é a escassez de capital financeiro, mas a escassez de capital humano (6º parágrafo) exprime noção de finalidade.
- c) Sem prejuízo da correção gramatical, o segmento impede que ele desenvolva (1º parágrafo) pode ser reescrito do seguinte modo: impede-lhe de desenvolver.
- d) Os verbos do segmento Malthus [...] sugeria que o investimento público maciço em educação seria uma resposta mais eficaz (3º parágrafo) estão flexionados nos mesmos tempo e modo.
- e) O segmento sublinhado em desde que possa ser combinada com um amplo sistema de bolsas de estudo (último parágrafo) pode ser substituído por “uma vez que”, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase.

21. Os termos sublinhados exercem a mesma função sintática em:

- a) Com isso, aumenta o poder de ganho dos indivíduos no mercado e eles aprendem (7º parágrafo)
- b) a pobreza de uma geração se torna o berço da incompetência da geração seguinte (1º parágrafo)
- c) É a falta de capacitação da comunidade para integrar-se de forma dinâmica à economia mundial que compromete o esforço de crescimento (6º parágrafo)
- d) A incompetência econômica do indivíduo resulta em privação material (1º parágrafo)
- e) A bandeira da educação compulsória e universal, financiada e pelo menos parcialmente provida pelo Estado (3º parágrafo)

22. Fecha-se assim o elo entre pobreza e improficiência. (1º parágrafo)

Em relação aos argumentos que a antecedem, a frase acima exprime noção de

- a) conclusão.
- b) causa.

- c) concessão.
- d) finalidade.
- e) oposição.

23. Considere as afirmações abaixo a respeito da pontuação do texto.

I. Mantendo-se a correção e o sentido, o sinal de interrogação da frase Mas o que é, afinal, o capital humano?(7º parágrafo) pode ser suprimido, uma vez que se trata de pergunta retórica, cuja finalidade é estimular a reflexão.

II. Sem prejuízo da correção e do sentido, o sinal de dois-pontos em A incompetência econômica do indivíduo resulta em privação material: sua demanda por bens... (1º parágrafo) pode ser substituído por “pois” antecedido de vírgula.

III. Os travessões que isolam o segmento do investimento na qualidade da força de trabalho (2º parágrafo) podem ser substituídos por parênteses, sem prejuízo da correção.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

24. ... embora para isso precisem restringir alguns de seus interesses pessoais mais imediatos. (7º parágrafo)

Com um sentido adequado ao original, uma redação correta para o segmento acima, transformando-o em um período independente, encontra-se em:

- a) Contudo, seria restringido, à medida que isso se efetivasse, alguns dos interesses pessoais mais imediatos aos indivíduos.
- b) A despeito disso alguns dos interesses pessoais mais imediatos dos indivíduos, precisariam ser restritos.
- c) Apresentaria-se, assim, a necessidade de restringir alguns dos interesses pessoais mais imediatos dos indivíduos.
- d) Porém, se restringissem alguns dos interesses pessoais mais imediatos dos indivíduos.
- e) Para isso, contudo, os indivíduos precisam restringir alguns de seus interesses pessoais mais imediatos.

25. Atenção: Utilize a tirinha abaixo para responder a questão.



(WALKER, Mort. Recruta Zero. Disponível em: <http://m.cultura.estadao.com.br>)

Com relação à fala: Estou tentando usar meu tempo mais eficientemente, o comentário: Portanto, não vou perder meu tempo lendo suas dicas sobre eficiência estabelece relação de

- a) concomitância.
- b) finalidade.
- c) conclusão.
- d) conformidade.
- e) concessão.

26. É isso aí, senhor!

Nessa frase, a vírgula tem a função de destacar o vocativo, assim como se observa em:

- a) Satisfeito com as vendas, o gerente da loja de caminhões resolveu dar uma gratificação maior a seus funcionários.
- b) Os moradores, proprietários ou locatários, deverão receber a versão atualizada do regimento interno do condomínio.
- c) As reformas nas dependências do prédio foram autorizadas pelos engenheiros, contratados exclusivamente para isso.
- d) Prezados colaboradores, temos a satisfação de anunciar que a creche da empresa será inaugurada no próximo mês.
- e) Na empresa, há espaços destinados à prática de ginástica laboral e ao descanso dos funcionários durante o expediente.

27. A supressão da vírgula altera o sentido da frase em:

- I. Finalmente, processou-se a tão esperada revisão do Código de Ética.
- II. Foram consideradas com prudência as normas éticas, discutidas nesse Código.

III. São cruciais os aspectos da terminalidade da vida, que esse Código não deixou de problematizar.

Atende ao enunciado o que está em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.

28.

O código de ética médica

Sabe-se, segundo informa o site da entidade, que “o último trabalho de revisão do Código de Ética da Associação Médica Americana aconteceu em 2007 sobre um documento que vigorava há quase 20 anos”. Sabe-se ainda que, “após quase dois anos de estudos preparatórios, com comissões estaduais e nacionais multidisciplinares, consulta pública pela internet e cerca de três mil propostas de modificação, quase quatro centenas de médicos, delegados de toda a Federação, revisaram e atualizaram o Código”.

São, de fato, assuntos importantes – e por vezes melindrosos – os revistos pela Federação. Entre eles, o da terminalidade da vida será talvez o mais polêmico, por envolver operações como a eutanásia, ou morte assistida, consideradas atos humanitários, por uns, e, por outros, intervenções inaceitáveis da medicina. Tem-se a impressão de que, com o tempo, a posição mais objetiva e piedosa poderá prevalecer. A medicina não existe para prolongar a dor do paciente terminal.

(<https://academiamedica.com.br/revisao-do-codigo-de-etica-medica-mudancas-em-favor-da-medicina-e-da-sociedade>)

Considerando-se aspectos da construção desse texto, é correto afirmar que

- a) o sujeito da forma Sabe-se, que inicia o texto, é o site.
- b) o sentido de por vezes melindrosos (2º parágrafo) é alterado caso se substitua por conquanto melindrosos.
- c) as expressões por uns e por outros (2º paragrafo) indicam, no contexto, duas posições conciliatórias.
- d) eutanásia e morte assistida (2º parágrafo) são, respectivamente, um ato humanitário e uma intervenção inaceitável.
- e) a oração para prolongar a dor do paciente terminal exerce a função de sujeito da oração que a antecede.

29. Está correto o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:

- a) Entre os assuntos revistos a que se deve dar importância está o da terminalidade da vida.
- b) As operações a que se atribuem um caráter polêmico dizem respeito à terminalidade da vida.
- c) A terminalidade da vida, tema de cujos aspectos derivam tanta polêmica, foi considerada na revisão do Código.
- d) Quanto à terminalidade da vida, onde a polêmica se acrescenta muita paixão, ainda há muito o que debater.
- e) Qualquer das posições da polêmica a que se queiram defender levantará uma série de objeções.

30. Constituem uma relação de **causa e efeito**, nessa ordem, os seguintes segmentos:

- a) ofereciam-se a eles sobretudo textos consagrados do século XIX / algumas dessas leituras nos chateavam bastante
- b) nossa imaginação era chamada / a frequentar linguagens incomuns
- c) Não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes / entregando-lhes o que podiam mastigar sem esforço
- d) havia aberrações nessa didática conservadora / havia também o estímulo para a dificuldade
- e) lhe oferecer um espelho no qual / em vez de ver apenas seu próprio rosto refletido

31.

Leituras e adolescência

No meu tempo de ensino médio, entrada da adolescência, os livros de Português ou as “seletas” adotadas eram implacáveis: não se buscava o gosto já formado do estudante, ofereciam-se a eles sobretudo textos consagrados do século XIX. Modernismo? Quase nada (certamente uma pena, diga-se). Se algumas dessas leituras nos chateavam bastante, outras, por diversas razões, prendiam nosso interesse.

Intrigava-nos uma palavra nova, uma expressão curiosa, uma construção sintática desconhecida, e nossa imaginação era chamada a frequentar linguagens incomuns. Não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes, entregando-lhes o que podiam mastigar sem esforço: chamavam-nos para as diferenças e desafios da literatura adulta, para o impacto que ela promovia em nós. Certamente havia aberrações nessa didática

conservadora, mas havia também o estímulo para a dificuldade e para o desconhecido, para o inabitual e o “novo” que pode haver no “velho”.

Mas a recomendação que se pode fazer, sem querer recuar para programas obsoletos ou rígidas opções, é esta: tirar o estudante do trono em que a sociedade de consumo e a pedagogia da facilitação o colocaram e lhe oferecer um espelho no qual, em vez de ver apenas seu próprio rosto refletido, veja também tudo o que está ao seu lado, e logo atrás dele, e muito atrás dele, alimentando ainda sua mais acesa expectativa quanto ao que estará por vir.

(Tibúrcio Calógeras, inédito)

Considerando-se o contexto, comprova-se uma plena compreensão do sentido de um segmento do texto em:

- a) as “seletas” adotadas eram implacáveis (1º parágrafo) = as antologias valorizadas eram perniciosas.
- b) Modernismo? Quase nada (1 parágrafo) = o Modernismo ainda estava por ocorrer.
- c) não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes (2º parágrafo) = não se era condescendente com os jovens.
- d) havia aberrações nessa didática conservadora (2º parágrafo) = essa pedagogia ineficaz tinha algumas qualidades.
- e) sem querer recuar para programas obsoletos (3º parágrafo) = sem o anacronismo de programas subjetivos.

32. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para integrar corretamente a seguinte frase:

- a) Não se (**atribuir**) aos jovens a responsabilidade pelos livros que devem ler, consoante seu exclusivo interesse.
- b) Pode ocorrer que (**faltar**) a um jovem leitor os atributos que o levem a escolher bem o que deva ler.
- c) Por que (**haver**) de faltar aos jovens o requisito necessário para fazerem suas próprias escolhas?
- d) São muitos os que (**atrair**) uma boa leitura, seja ela a de um romance tradicional ou experimental.
- e) Não se (**dever**) permitir que os jovens tivessem seu gosto literário manipulado pela sociedade de consumo.

33. As formas verbais mantêm adequada correlação entre os tempos e os modos e concordam regularmente com seus sujeitos em:

- a) Se aprendêssemos as lições da História, não teremos voltado a repisar os mesmos erros que se cometeu no passado.
- b) Caso os Estados Unidos não se aliasse aos demais países, a Segunda Guerra terá alcançado proporções ainda mais trágicas.
- c) Quando vierem a avaliar a história dos nossos dias, aprenderiam algo com as lições que legaram nossa época?
- d) O humor e a ironia do autor seriam menos eficazes caso seus dotes de analista não seja também um seu atributo.
- e) Ninguém haveria de aprender lições erradas, com a História, se não nos contentassem as explicações mais simplórias.

34. Quando fizerem, no futuro, a leitura de nossa época, qual será a conclusão errada?

Analisando-se a construção sintática da frase acima, é correto observar que

- a) a forma verbal fizerem tem o mesmo sujeito da forma verbal será.
- b) está indeterminado o sujeito da forma verbal fizerem.
- c) a expressão Quando fizerem tem o valor de uma condicional.
- d) a leitura de nossa época exerce a função de sujeito.
- e) no futuro é exemplo de uma oração intercalada.

35.

É enorme a quantidade de empregos que será eliminada a partir da automatização dos serviços. As empresas se automatizam cada vez mais, com softwares poderosos e inteligência artificial, de modo que se expandem empregando número menor de trabalhadores. É o que os americanos chamam de jobless growth (crescimento sem empregos).

Diante desse cenário, como a humanidade vai reagir? Rebeliões contra a mecanização dos processos produtivos não são inéditas. No século XIX, na Inglaterra, os ludistas destruíram teares em sua revolta contra a substituição da mão de obra humana pelas máquinas.

A tecnologia, contudo, sempre venceu.

Hoje, uma empresa ou país que resolver frear o desenvolvimento tecnológico para evitar uma catástrofe – tanto quanto para evitar a extinção de postos de trabalho – acabará perdendo competitividade nacional e internacional.

Por conseguinte, essa empresa ou esse país se verá às voltas com o desemprego (fruto da diminuição da fatia de mercado decorrente da menor competitividade) e não terá interrompido a escalada tecnológica de outras empresas ou de outros países. Apesar dessa questão suscitar tantos aspectos assustadores, o que há de pior para um país é não discutir o assunto.

(Adaptado de: FELDMANN, Paulo. Seu emprego vai para um robô. **Folha de São Paulo**, Ilustríssima.)

Identifica-se noção de finalidade no segmento que se encontra em:

- a) Apesar dessa questão suscitar tantos aspectos assustadores...
- b) ...para evitar a extinção de postos de trabalho...
- c) A tecnologia, contudo, sempre venceu.
- d) Por conseguinte, essa empresa ou esse país se verá às voltas com o desemprego...
- e) ...o que há de pior para um país é não discutir o assunto.

36. A forma verbal destacada deve sua flexão ao termo sublinhado em:

- a) A corça é a mais digna da realeza, porque tem porte altivo, vida longa e um chifre que **intimida** as serpentes (1º parágrafo).
- b) Um leão, que jazia doente em uma caverna, disse à estimada raposa, com quem **mantinha** convívio (1º parágrafo).
- c) A raposa se foi e, ao encontrar a corça a saltitar na floresta, **saudou-a** efusivamente (1º parágrafo).
- d) Enquanto a raposa dava murros porque **havia feito** esforços em vão, o leão gemia (2º parágrafo).
- e) Assim, como um cão farejador, saiu à procura da corça e **foi tramando** trapaças rumo à floresta (2º parágrafo).

37. Verifica-se o emprego de vírgula para indicar elipse do verbo no seguinte trecho:

- a) "O javali é sem juízo", afirmava ele, "o urso, balofo"...
- b) Com essas palavras, a corça ficou toda cheia de si e foi à caverna, ignorando o que ia acontecer.
- c) Você sabe que o leão, nosso rei, é meu vizinho.
- d) "Contudo, vou lhe dar esse apoio", disse a raposa
- e) Mas venha, não se deixe suggestionar por nada, comporte-se como um cordeiro.

38. Está gramaticalmente correta a redação do seguinte comentário:

- a) Tezza, autor que confessa ter inveja dos bons contistas, consideram romances de 200 páginas mais fáceis de serem escritos do que um conto de duas.

- b) Por se deixarem influenciarem pela ideia de que os leitores não apreciam tal gênero, vê-se editores que não se interessam em publicar contos.
- c) O critério do tamanho prossegue invencível para o leitor que, alheio à fórmulas narrativas, sabe se tratar de um conto a obra de breve leitura.
- d) De apenas uma frase, o conto de Dalton Trevisan, foi arbitrariamente escolhido por Tezza como ponto de partida para determinar certas características que um conto deveria apresentar.
- e) Após a publicação de Flores Artificiais, Luiz Ruffato consagrou-se como um notável autor de contos, fenômeno que se repetiu com o lançamento de A Cidade Dorme.

39. Ao se modificar a pontuação do texto, a frase que permanece correta, mantendo-se, em linhas gerais, o sentido original, está em: (A) O

- a) Os contos [...] formam uma espécie de painel do "Brasil profundo"; a gigantesca classe média pobre que, luta para sobreviver, espremida em todo canto do país, entre os sonhos e a violência.
- b) ... por ser um gênero curto, o conto é: também, por parecer fácil, uma perigosa porta aberta, em que cabe tudo, de cambulhada.
- c) Desde Machado de Assis, que colocou o gênero entre nós num patamar muito alto, já no seu primeiro instante a aparente facilidade do conto, vem destruindo vocações.
- d) Já se tentou explicar, em fórmulas narrativas, a diferença entre um conto, uma novela e um romance...
- e) O atávico, país rural, com o seu inesgotável atraso explode, em todos os poros, da cidade moderna.

40. O segmento sublinhado em Para mim, é mais fácil escrever um romance de 200 páginas... (1º parágrafo) exerce a mesma função sintática do segmento sublinhado em:

- a) ... o leitor, que não precisa de teoria, sabe exatamente...
- b) ... acabo de ler dois ótimos livros de contos...
- c) O atávico país rural (...) explode em todos os poros da cidade moderna.
- d) ... "é tudo uma engrenagem muito maior".
- e) Essa é uma questão comercial...

41.

1. Sinto inveja dos contistas. Para mim, é mais fácil escrever um romance de 200 páginas que um conto de duas.

2. Já se tentou explicar em fórmulas narrativas a diferença entre um conto, uma novela e um romance, mas o leitor, que não precisa de teoria, sabe exatamente o que é uma coisa ou outra assim que começa a ler; quando termina logo, é um conto. O critério do tamanho prossegue invencível.

3. Para entender o gênero, criei arbitrariamente um ponto mínimo de partida, que considero o menor conto do mundo, uma síntese mortal de Dalton Trevisan: "Nunca me senti tão só, querida, como na tua companhia".

4. Temos aí dois personagens, um diálogo implícito e uma intriga tensa que parece vir de longe e não acabar com o conto. Bem, por ser um gênero curto, o conto é também, por parecer fácil, uma perigosa porta aberta em que cabe tudo de cambulhada.

5. Desde Machado de Assis, que colocou o gênero entre nós num patamar muito alto já no seu primeiro instante, a aparente facilidade do conto vem destruindo vocações.

6. Além disso, há a maldição dos editores, refletindo uma suposta indiferença dos leitores: "conto não vende". Essa é uma questão comercial, não literária. Porque acabo de ler dois ótimos livros de contos que quebram qualquer preconceito eventual que se tenha contra o gênero.

7. Os contos de A Cidade Dorme, de Luiz Ruffato, que já havia demonstrado ser um mestre da história curta no excelente Flores Artificiais, formam uma espécie de painel do "Brasil profundo", a gigantesca classe média pobre que luta para sobreviver, espremida em todo canto do país entre os sonhos e a violência.

8. Em toda frase, sente-se o ouvido afinado da linguagem coloquial que transborda nossa cultura pelo arcaísmo de signos singelos: "Mas eu não queria ser torneiro-mecânico, queria mesmo era ser bancário, que nem o marido da minha professora, dona Aurora".

9. O atávico país rural, com o seu inesgotável atraso, explode em todos os poros da cidade moderna.

10. Já nos dez contos de Reserva Natural, de Rodrigo Lacerda, que se estruturam classicamente como "intrigas", na melhor herança machadiana, o mesmo Brasil se desdobra em planos individuais; e o signo forte de "reserva natural" perde seu limite geográfico para ganhar a tensão da condição humana.

11. Como diz o narrador do conto "Sempre assim", "é tudo uma engrenagem muito maior".

(Adaptado de: TEZZA, Cristovão Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:

a) Os termos sublinhados em que quebram qualquer preconceito eventual que se tenha contra o gênero (6º parágrafo) constituem, respectivamente, um pronome e uma conjunção que introduz oração com função de predicativo.

b) Eliminando-se o verbo "tentar" da frase Já se tentou explicar em fórmulas narrativas a diferença entre um conto, uma novela e um romance..., sem que nenhuma outra modificação seja feita, o verbo "explicar" deve assumir a seguinte forma: explicaram.

c) No segmento Desde Machado de Assis, que colocou o gênero entre nós num patamar muito alto..., o pronome “que” pode ser substituído por “onde”.

d) Uma redação alternativa gramaticalmente correta para a frase Temos aí dois personagens, um diálogo implícito e uma intriga tensa..., na qual se eliminam traços de informalidade, é: Na obra, apresenta-se dois personagens, um diálogo implícito e uma intriga tensa...

e) Sem prejuízo do sentido original, a expressão “que nem”, no segmento que nem o marido da minha professora (8º parágrafo), pode ser substituída por “como”.

42. Atenção: Para responder à questão, considere os excertos extraídos do discurso jurídico-institucional, relativo à Legislação Ambiental Básica brasileira.

Constituição Federal

Art. 225.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967

Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

[...]

Art. 1º Os animais de quaisquer espécies em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

[...]

Art. 10. A utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre são proibidas:

a) com visgos, atiradeiras, fundas, bодоques, veneno, incêndio ou armadilhas que maltratem a caça;

b) com armas a bala, a menos de 3 (três) quilômetros de qualquer via férrea ou rodovia pública;

e) nas zonas urbanas, suburbanas, povoados e nas estâncias hidrominerais e climáticas;

f) nos estabelecimentos oficiais e açudes do domínio público, bem como nos terrenos adjacentes, até a distância de 5 (cinco) quilômetros;

g) na faixa de 500 (quinhentos) metros de cada lado do eixo das vias férreas e rodovias públicas;

l) à noite, exceto em casos especiais no caso de animais nocivos;

Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Considere estas descrições, relativas aos recursos linguísticos presentes na Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. É correto afirmar que

a) os três primeiros substantivos que aparecem no caput do artigo 10, utilização, perseguição, destruição, graças à significação contida no radical, criam um efeito de gradação crescente da periculosidade da ação persecutória junto aos animais, o que fortalece a contundência do sentido da lei.

b) o caput do artigo 10 mediante a particularização do termo espécimes enfatiza aspectos singulares de cada animal citado; o efeito decorrente é a restrição do alcance da semântica lexical, o que é compatível com o viés subjetivo da lei, reforçado pela recorrência, ao longo dos artigos, dos verbos em primeira pessoa como faço saber.

c) as alíneas e), f), g) apresentam na sua abertura o uso da preposição em na contração com o artigo indefinido, respeitada a concordância nominal (nas zonas; nos estabelecimentos; na faixa); desse modo o espaço contemplado torna-se geral o suficiente para amenizar o impacto da interdição.

d) o verbo maltratar no Presente do Indicativo na alínea a) em armadilhas que maltratem a caça, indica a certeza destituída de quaisquer hipóteses a respeito da ação referida; enquanto isso, a desinência número-pessoal do mesmo verbo faz com que ele concorde com o objeto direto (armadilhas) introduzido pelo pronome relativo que.

e) o emprego do acento gráfico na sílaba tônica das palavras finalizadas por ditongo crescente – estâncias (alínea e) e distância (alínea f) – é facultativo, assim como em incêndio (alínea a).

43. Atenção: Para responder à questão, considere os dois textos abaixo.

**O ônibus Grayhound
atravessa o Novo México**

Terra seca árvore seca
E a bomba de gasolina
Casa seca paiol seco

E a bomba de gasolina
Serpente seca na estrada
E a bomba de gasolina
Pássaro seco no fio
(E a bomba de gasolina)
Do telégrafo: s. o. s.
E a bomba de gasolina
A pele seca o olhar seco
(E a bomba de gasolina)
Do índio que não esquece
E a bomba de gasolina
E a bomba de gasolina
E a bomba de gasolina
E a bomba de gasolina...

(MORAES, Vinícius de. Poesia. Nossa Senhora de Los Angeles.

In: **Poesia Completa e Prosa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986, p. 283)

BRASIL ESCOLA

GEOGRAFIA

Novo México possui um solo bastante árido, poucos rios e lagos. O mesmo apresenta temperaturas médias de 1 °C no inverno e 23 °C no verão. O clima do Estado é extremamente seco, com uma taxa de precipitação média anual de chuva inferior a 60 centímetros

(Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/novo-mexico.htm>. Acesso em 03 de junho de 2018)

Expressa corretamente a relação entre os fatos gramaticais e a organização do sentido do poema O ônibus Grayhound atravessa o Novo México o que consta de:

a) prolifera o uso do verbo, o que aumenta a percepção que o leitor tem do deslocamento do corpo do observador na cena narrada; a proliferação referida, confirmada no verso E a bomba de gasolina, aumenta o mal-estar diante do avanço de hábitos de consumo.

b) organiza-se o sentido, nos versos 1 e 3, por meio de sequências verbais, das quais se destaca o uso recorrente do substantivo seco devidamente flexionado.

c) cresce, ao longo de todos os versos, o uso de variadas conjunções coordenativas, que, com destaque para a aditiva e, relacionam entre si pares de orações de natureza diversa; esse mecanismo reforça a ideia da longa travessia feita dentro do ônibus Grayhound.

d) fica garantida, para o olhar do observador, a contínua passagem de uma coisa a outra (terra; árvore; casa; paiol; serpente; pássaro etc.), uma vez que inexiste no poema qualquer recorrência de um refrão.

e) fica marcada, pelo uso dos dois pontos, uma pausa no interior do verso 9 (Do telégrafo: s.o.s.); ao introduzir a sigla s.o.s., essa pontuação retoma, para enfatizar, a tragédia anunciada em Pássaro seco no fio / Do telégrafo.

44.

Há pouco, em belo artigo, anunciou-se num jornal “a morte da voz humana”. Nenhum exagero no título. Um software que “aperfeiçoa” a afinação dos cantores está criando padrões de perfeição inatingíveis para humanos, oferecendo a recompensa sem esforço e tornando dispensáveis a vocação, o talento e o mérito na música popular. “É como se Ronaldinho Gaúcho usasse uma chuteira que acertasse o gol por si. Treinar pra quê?”

O grito de protesto foi dado por quem tem toda a autoridade para fazê-lo: João Marcello Bôscoli, músico, produtor e diretor de gravadora. Como se não bastasse, é filho de Elis Regina e do compositor Ronaldo Bôscoli, um dos criadores da bossa nova, e enteado do pianista César Camargo Mariano, com quem Elis se casou ao se separar de Bôscoli. Nunca houve gente mais exigente em música.

Para João Marcello, pior até do que dar afinação a quem não tem, o programa faz com a voz o que outro já fez com a figura humana. Assim como um software de retoque fotográfico “gerou um padrão estético em que poros, rugas de expressão e outras características se tornaram defeitos”, o software de afinação passa o rodo e “corrige” tudo o que considera imperfeito num cantor: afinação, respiração, pausas, volume, alcance – sem se importar se pertencem à sua expressão e emoção.

Ele vai mais longe: “Hoje em dia, tomamos remédio quando sentimos tristeza, dopamos as crianças quando estão agitadas, passamos horas no computador quando nossa vida nos parece desinteressante” etc. – e “usamos softwares de afinação quando temos um cantor desafinado”.

O filho da cantora mais afinada do Brasil defende os desafinados no que eles têm de mais precioso: sua falível condição humana, essencial à obra de arte.

(Adaptado de: CASTRO, Ruy. **A arte de querer bem: crônicas**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018. Edição digital)

Considerando-se o contexto, afirma-se corretamente:

- a) No segmento sem se importar se pertencem à sua expressão e emoção (3º parágrafo), a crase pode ser suprimida sem prejuízo da correção.
- b) No segmento sua falível condição humana, essencial à obra de arte (último parágrafo), o sinal de crase pode ser suprimido sem prejuízo da correção.
- c) O segmento sublinhado em Para João Marcello, pior até do que dar afinação a quem não tem (3º parágrafo) exprime noção de finalidade.
- d) Na frase É como se Ronaldinho Gaúcho usasse uma chuteira que acertasse o gol por si (1º parágrafo), o pronome sublinhado retoma “Ronaldinho Gaúcho”.
- e) Sem prejuízo da correção, o segmento Nenhum exagero no título (1º parágrafo) pode ser reescrito do seguinte modo: Não houve quaisquer exagero no título.

45.

Em defesa da autenticidade, alguns anunciantes preferem não retocar fotos dos modelos publicitários. ..I.. algumas marcas da indústria de propaganda discordem dessa atitude, outras enaltecem uma nova lei francesa, a qual determinou que a mensagem “foto retocada” deverá ser impressa no anúncio para indicar que as fotos publicitárias foram alteradas por programas de imagens digitais.

... para indicar que as fotos publicitárias foram alteradas por programas de imagens digitais.

No contexto, o segmento acima assinala noção de

- a) concessão.
- b) causa.
- c) temporalidade.
- d) consequência.
- e) finalidade.

46. Nunca houve gente mais exigente em música.

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do sublinhado acima encontra-se em:

- a) Treinar pra quê?
- b) ... quando estão agitadas...
- c) ... se pertencem à sua expressão...
- d) é filho de Elis Regina e do compositor Ronaldo Bôscoli...
- e) um software de retoque fotográfico “gerou um padrão estético...”

47. Assim como um software de retoque fotográfico “gerou um padrão estético em que poros, rugas de expressão e outras características se tornaram defeitos”, o software de afinação passa o rodo e “corrige” tudo o que considera imperfeito num cantor: afinação, respiração, pausas, volume, alcance – sem se importar se pertencem à sua expressão e emoção.

A respeito da pontuação da frase acima, afirma-se corretamente:

- a) O emprego das aspas atende à mesma função nos dois segmentos que isolam.
- b) O sinal de dois-pontos introduz uma enumeração explicativa.
- c) O travessão pode ser substituído por dois-pontos sem que haja prejuízo do sentido e da correção gramatical.
- d) Uma vírgula pode ser acrescentada imediatamente após “fotográfico”, sem prejuízo do sentido original.

e) A vírgula empregada após “defeitos” pode ser suprimida, sem prejuízo da correção gramatical.

48. Considere as afirmações abaixo.

I. Na opinião do autor do texto, o software de afinação, embora costume ser usado apenas para corrigir falhas, pode ser um aliado da criatividade musical, desde que se saiba aproveitá-lo para esse fim.

II. O produtor musical João Marcello Bôscoli defende o uso natural da voz humana, sendo, assim, contrário à intervenção do software de afinação, na medida em que, para ele, defeitos como a desafinação e as marcas de respiração são atributos naturais da expressão artística.

III. No segmento ...o software de afinação passa o rodo e “corrige” tudo o que considera imperfeito num cantor..., a expressão sublinhada deveria estar entre aspas, uma vez que se trata de linguagem coloquial, inapropriada para o gênero do texto.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

49. Os sinais de pontuação estão empregados corretamente em:

a) Será descredenciada a empresa que após ter sido notificada, descumprir as exigências estabelecidas na legislação tributária relativa à certificação requerida, para a industrialização ou comercialização de produtos de origem animal.

b) Para efetuar o cadastro de beneficiário, o cidadão deverá preencher o formulário disponível no site da secretaria, por meio do qual também encaminhará cópia dos documentos solicitados para análise pelo profissional responsável.

c) O contribuinte que fabrica ou comercializa água mineral, natural ou artificial fica obrigado a utilizar o selo fiscal de controle nos lacres de água envasada em vasilhame retornável – independentemente, da unidade da federação de origem.

d) Ao produtor contratado será exigido disponibilizar à secretaria, acesso a um sistema digital que possibilite, a realização de pedidos, homologações, consultas ao status dos pedidos em análise – como condição para a continuidade do contrato.

e) O sistema de controle de informação conforme estabelecido em contrato, precisa assegurar: sigilo, integridade, autenticidade e disponibilidade dos dados, para viabilizar a execução das ações de fiscalização e monitoramento dos processos.

50. A frase em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- a) Apolo, assim como a divindade antípoda, Dioniso, está nos fundamentos da representação de beleza para os gregos.
- b) Durante séculos exercem influência sobre os artistas ocidentais o conceito de beleza que vigorava na antiga Grécia.
- c) Sabem-se que os padrões de beleza para os gregos estão atrelados a uma visão específica de equilíbrio.
- d) Tanto Apolo quanto Dioniso são divindades cuja simbologia, especialmente no plano das artes, são riquíssimas.
- e) Criar ou apreciar obras de arte requerem a ativação de valores relativos à beleza, os quais são complexos e variáveis.

51.

Os deuses de Delfos

Segundo a mitologia, Zeus teria designado uma medida apropriada e um justo limite para cada ser: o governo do mundo coincide assim com uma harmonia precisa e mensurável, expressa nos quatro motes escritos nas paredes do templo de Delfos: “O mais justo é o mais belo”, “Observa o limite”, “Odeia a hybris (arrogância)”, “Nada em excesso”. Sobre estas regras se funda o senso comum grego da Beleza, em acordo com uma visão do mundo que interpreta a ordem e a harmonia como aquilo que impõe um limite ao “bocejante Caos”, de cuja goela saiu, segundo Hesíodo, o mundo. Esta visão é colocada sob a proteção de Apolo, que, de fato, é representado entre as Musas no frontão ocidental do templo de Delfos.

Mas no mesmo templo (século IV a.C.), no frontão oriental figura Dioniso, deus do caos e da desenfreada infração de toda regra. Essa coabitação de duas divindades antitéticas não é casual, embora só tenha sido tematizada na idade moderna, com Nietzsche. Em geral, ela exprime a possibilidade, sempre presente e verificando-se periodicamente, da irrupção do caos na beleza da harmonia. Mais especificamente, expressam-se aqui algumas antíteses significativas que permanecem sem solução dentro da concepção grega da Beleza, que se mostra bem mais complexa e problemática do que as simplificações operadas pela tradição clássica.

Uma primeira antítese é aquela entre beleza e percepção sensível. Se de fato a Beleza é perceptível, mas não completamente, pois nem tudo nela se exprime em formas sensíveis, abre-se uma perigosa oposição entre Aparência e Beleza: oposição que os artistas tentarão manter entreaberta, mas que um filósofo como Heráclito abrirá em toda a sua amplitude, afirmando que a Beleza harmônica do mundo se evidencia como casual desordem. Uma segunda antítese é aquela entre som e visão, as duas formas perceptivas privilegiadas pela concepção grega (provavelmente porque, ao contrário do cheiro e do sabor, são recondutíveis a medidas e ordens numéricas): embora se reconheça à música o privilégio de exprimir a alma, é somente às formas visíveis que se aplica a definição de belo (Kalón) como “aquilo que agrada e atrai”.

Desordem e música vão, assim, constituir uma espécie de lado obscuro da Beleza apolínea harmônica e visível e como tais colocam-se na esfera de ação de Dioniso.

Esta diferença é compreensível se pensarmos que uma estátua devia representar uma "ideia" (presumindo, portanto, uma pacata contemplação), enquanto a música era entendida como algo que suscita paixões.

(ECO, Umberto. **História da beleza**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 55-56)

Considerando-se o uso linguístico nos segmentos, no contexto em que ocorrem no texto, está correto o que se afirma em:

- a) A forma verbal destacada em Zeus teria designado (1º parágrafo) pode ser substituída pelo pretérito imperfeito do subjuntivo sem prejuízo da correção gramatical.
- b) A substituição da forma verbal em o governo do mundo coincide assim com uma harmonia precisa e mensurável (1º parágrafo) por **ajusta-se** exige a substituição do elemento sublinhado por **à**.
- c) O sentido mantém-se inalterado caso se substitua o segmento sublinhado em de cuja goela saiu [...] o mundo (1º parágrafo) por **em cuja goela imergiu**.
- d) A reescrita de embora se reconheça à música o privilégio de exprimir a alma (3º parágrafo) com o verbo na voz passiva analítica deve conter a forma **seja reconhecida**.
- e) Ao substituir-se a conjunção em Esta diferença é compreensível se pensarmos (4º parágrafo) por **caso**, o verbo **pensar** deve assumir a forma do presente do modo subjuntivo.

52. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- b) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- c) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- d) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de

fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.

e) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

53. Observando-se a construção da frase Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior, é correto afirmar que

a) a oração Não creio tem por sujeito a oração subsequente.

b) no caso de substituição da forma Não creio por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.

c) os termos nos textos e da Lei Maior são complementos verbais.

d) no caso de substituição de Não creio por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.

e) uma forma da voz ativa equivalente a que se deve propriamente lamentar é **que deve ser propriamente lamentado**.

54. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:

a) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.

b) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.

c) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.

d) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.

e) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.

55. Sendo a linguagem um poder, decidiu-se das regras seletivas de acesso a esse poder, constituindo-o em pseudociência, fechada para “aqueles que não sabem falar”, tributária de uma iniciação dispendiosa... (item 5)

Mantendo a correção e, em linhas gerais, o sentido do texto, os elementos sublinhados podem ser corretamente substituídos por:

- a) Uma vez que era – de forma que fosse constituído
- b) Para que fosse – posto que se constituísse
- c) Conquanto fosse – a fim de que o constituíssem
- d) Como fosse – para que se constituísse
- e) Quando era – de modo que o constituísse

56. As afirmações abaixo dizem respeito a características sintáticas do texto.

I. Se comparado ao emprego de orações distendidas, o uso de orações reduzidas de gerúndio, como em sendo um sistema de “regras” (item 4), torna o sentido das frases mais impreciso, transferindo ao leitor a tarefa de atribuir o sentido mais adequado.

II. As orações ligadas por conjunção aditiva “e”, como em Esses processos eram de um tipo novo e mobilizavam grandes júris populares (2º parágrafo), ao contrário do período subordinado, têm sua relação de sentido bastante clara, sem deixar margem a outros sentidos advindos da interpretação do leitor.

III. No segmento: a retórica já é (fim do 3º parágrafo) os dois-pontos inserem uma conclusão, que pode ser reescrita do seguinte modo: “...em Atenas; assim, a retórica já é...”.

Está correto o que consta em

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) II e III, apenas.

57. As frases abaixo dizem respeito à pontuação do 2º parágrafo.

I. Em nasceu do processo de propriedade. Por volta de 485 a. C., com as devidas alterações, o ponto final pode ser substituído por dois-pontos, pois o texto seguinte consiste na explicação do que acaba de ser dito.

II. A vírgula em se quis voltar ao ante qua, houve inumeráveis processos separa as duas orações subordinadas, ainda que coordenadas entre si, da oração principal.

III. Transferindo-se o segmento sublinhado em diante dos quais, para convencer, era preciso ser “eloquente” para o fim da frase, não há necessidade de vírgula.

Está correto o que consta em

- a) I, II e III.

- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

58.

“A primeira marca do príncipe soberano é o poder de dar lei a todos em geral, e a cada em particular. Mas isso não basta, e é necessário acrescentar: sem o consentimento de maior nem igual nem menor que ele.” “O soberano de uma República, seja ele uma assembleia ou um homem, não está absolutamente sujeito **..I..** leis civis. Pois tendo o poder de fazer ou desfazer as leis, pode, quando lhe apraz, livrar-se dessa sujeição revogando as leis que o incomodam e fazendo novas.”

A primeira destas frases é do francês Jean Bodin (1576). A segunda é de Thomas Hobbes (1651). Ambos conferem ao Príncipe legítimo uma potência (potestas) tal que o exercício do seu poder acha-se, como se vê, liberto de toda norma ou regra. E, para medirmos a inovação assim introduzida, basta recorrermos **..II..** frase de um teólogo do século XII: “A diferença entre o príncipe e o tirano é que o príncipe obedece à Lei e governa **..III..** seu povo em conformidade com o Direito.”

(Adaptado de: LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 28-29.)

Preenchem corretamente as lacunas **I**, **II** e **III** do texto, na ordem dada:

- a) às – à – o
- b) às – a – ao
- c) as – à – ao
- d) às – a – o
- e) as – à – o

59.

Atenção: Leia abaixo o Capítulo I do romance Dom Casmurro, de Machado de Assis, para responder à questão.

Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei num trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos. A viagem era curta, e os versos pode ser que não fossem inteiramente maus. Sucedeu, porém, que como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos no bolso.

- Continue, disse eu acordando.
- Já acabei, murmurou ele.
- São muito bonitos.

Vi-lhe fazer um gesto para tirá-los outra vez do bolso, mas não passou do gesto; estava amuado. No dia seguinte entrou a dizer de mim nomes feios, e acabou alcunhando-me Dom Casmurro. Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou. Nem por isso me zanguei. Contei a anedota aos amigos da cidade, e eles, por graça, chamam-me assim, alguns em bilhetes: “Dom Casmurro, domingo vou jantar com você.” – “Vou para Petrópolis,

dom Casmurro; a casa é a mesma da Renânia; vê se deixas essa caverna do Engenho Novo, e vai lá passar uns quinze dias comigo.” – “Meu caro dom Casmurro, não cuide que o dispenso do teatro amanhã; venha e dormirá aqui na cidade; dou-lhe camarote, dou-lhe chá, dou-lhe cama; só não lhe dou moça.

Não consulte dicionários. Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo. Dom veio por ironia, para atribuir-me fumos de fidalgo. Tudo por estar cochilando! Também não achei melhor título para a minha narração; se não tiver outro daqui até ao fim do livro, vai este mesmo. O meu poeta do trem ficará sabendo que não lhe guardo rancor. E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua. Há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto.

(ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 79-80.)

O segmento destacado em Há **livros que apenas terão isso dos seus autores** (6º parágrafo) exerce a mesma função sintática do segmento destacado em:

- a) eu conheço **de vista e de chapéu** (1º parágrafo)
- b) vê se deixas **essa caverna do Engenho Novo** (5º parágrafo)
- c) **A viagem** era curta (1º parágrafo)
- d) – São **muito bonitos**. (4º parágrafo)
- e) a casa é **a mesma da Renânia** (5º parágrafo)

60. ...como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes... (1º parágrafo)

Em relação à oração que a sucede, a oração destacada expressa sentido de

- a) causa.
- b) comparação.
- c) consequência.
- d) proporção.
- e) conclusão.

Gabarito – Língua Portuguesa

01. B	02. A	03. B	04. E	05. E	06. D	07. E	08. B	09. B	10. D
11. E	12. A	13. A	14. C	15. D	16. D	17. B	18. C	19. D	20. E
21. A	22. A	23. D	24. E	25. C	26. D	27. C	28. B	29. A	30. A
31. C	32. B	33. E	34. B	35. B	36. D	37. A	38. E	39. D	40. B
41. E	42. A	43. E	44. A	45. E	46. E	47. B	48. C	49. B	50. A
51. E	52. B	53. D	54. D	55. A	56. B	57. A	58. A	59. B	60. A

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Dentre as características, elementos ou atributos capazes de identificar um ato administrativo, está presente a

- a) autoexecutoriedade, que confere aos atos praticados no exercício da função administrativa a presunção de veracidade e exigibilidade.
- b) imperatividade, que confere efeitos erga omnes, ou seja, para todos os administrados, aos atos administrativos, que são aqueles praticados no exercício da função administrativa.
- c) presunção de legitimidade e de veracidade, que confere fé pública e certeza aos atos, fatos e declarações da Administração pública, impossibilitando questionamento judicial quando não houver sido apresentado prévio recurso administrativo.
- d) autoexecutoriedade, que permite que a Administração pública faça cumprir suas decisões, inclusive por meio de adoção de atos materiais, independentemente de prévia determinação judicial.
- e) a exigibilidade, que depende de homologação judicial, mas, quando presente, viabiliza execução material das decisões administrativas, inclusive com adoção de medidas coercitivas.

02. Durante um procedimento administrativo foi proferida uma decisão contrária ao requerimento formulado por um administrado, que não foi intimado da decisão. Diante do trânsito em julgado administrativo, esse administrado ajuizou ação judicial questionando a regularidade do procedimento. Diante do narrado, pode-se estar diante de hipótese de

- a) revogação do ato administrativo, razão pela qual o administrado deveria ter apresentado recurso administrativo.
- b) anulação, diante da ofensa ao contraditório e à ampla defesa, sendo passível de ser reconhecida apenas se tiver causado prejuízo ao administrado, ou seja, caso a decisão estivesse em desacordo com o ordenamento jurídico vigente.
- c) revogação, diante do vício de ofensa ao contraditório, posto que a defesa do administrado foi cerceada, sendo passível de ser reconhecida judicialmente.
- d) invalidação, por motivo de conveniência e oportunidade, cabendo analisar se houve prejuízo ao administrado, o que ocorreria caso a decisão proferida em âmbito administrativo estivesse em desacordo com o ordenamento jurídico.
- e) anulação, diante de vício de legalidade, posto que não houve intimação do interessado no curso do processo, sendo passível de ser reconhecido administrativa ou judicialmente.

03. De acordo com a Lei nº 10.520/2002, no tocante ao pregão, no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor. Não havendo pelo menos três ofertas nestas condições, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de

a) três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, desde que os preços oferecidos sejam até 20% superiores ao da oferta de valor mais baixo.

b) três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

c) três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, desde que os preços oferecidos sejam até 30% superiores ao da oferta de valor mais baixo.

d) cinco, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

e) cinco, oferecer novos lances verbais e sucessivos, desde que os preços oferecidos sejam até 20% superiores ao da oferta de valor mais baixo.

04. Segundo a Lei nº 10.520/02, a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados que será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e, respeitadas as determinações legais,

a) facultativamente, por meios eletrônicos e obrigatoriamente, em dois jornais de grande circulação, conforme o vulto da licitação.

b) obrigatoriamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação

c) obrigatoriamente, por meios eletrônicos e em dois jornais de grande circulação, independente do vulto da licitação.

d) facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.

e) obrigatoriamente, através da imprensa, pelos meios de comunicação de rádio e televisão

05. A empresa "X" pretende participar de determinado processo licitatório e, sendo assim, Flavio, sócio administrador da referida empresa, passou a estudar o tema. Flavio observou que a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por

- a) razões de interesse coletivo decorrente de fato anterior ao início do procedimento licitatório.
- b) razões de interesse particular decorrente de fato anterior ao início do procedimento licitatório.
- c) ilegalidade, de ofício.
- d) ilegalidade, em razão de provocação de terceiro.
- e) razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

06. A respeito dos atributos do ato administrativo, é correto afirmar que

- a) da presunção de veracidade decorre que são presumidos verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública para a prática de um ato administrativo.
- b) a imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- c) são atributos do ato administrativo a competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.
- d) finalidade é o atributo do ato administrativo que se refere ao efeito jurídico imediato produzido pelo ato.
- e) autoexecutoriedade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.

07. Em relação à organização administrativa,

- a) a criação de uma agência reguladora - autarquia em regime especial - é decorrente do fenômeno da desconcentração.
- b) uma empresa pública prestadora de serviço público é criada por meio do fenômeno da descentralização, enquanto uma empresa pública exploradora de atividade econômica é criada por meio do fenômeno da desconcentração.
- c) no Brasil, a criação de Territórios Federais constitui hipótese de descentralização geográfica ou territorial.
- d) a criação de uma secretaria municipal é hipótese de descentralização.
- e) a transferência de uma competência de um órgão superior a um órgão subalterno, sem quebra de hierarquia, é hipótese de descentralização.

08. Em relação à anulação e à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:

- a) O ato administrativo discricionário pode ser objeto de anulação por parte do Poder Judiciário.
- b) Os efeitos produzidos pela revogação do ato administrativo são ex tunc.
- c) O ato administrativo vinculado pode ser revogado por motivo de oportunidade e conveniência.
- d) O Poder Judiciário, no exercício de sua atividade jurisdicional, tem competência para revogar ato administrativo, quando este estiver eivado com vício de legalidade, uma vez que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- e) A Administração Pública poderá anular seus próprios atos, por motivo de oportunidade e conveniência.

09. De acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- b) É condição para investidura em cargo de diretoria da empresa pública e da sociedade de economia mista a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo acionista controlador, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.
- c) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.
- d) A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar da Diretoria, ao qual se reportará diretamente.
- e) Devem ser objeto de licitação as atividades de comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas estatais, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais.

10. Considere o texto abaixo.

Os órgãos integram a estrutura do Estado e das demais pessoas jurídicas como partes desses corpos vivos, dotados de vontade e capazes de exercer direitos e contrair obrigações para a consecução de seus fins institucionais. Por isso mesmo, os órgãos não têm personalidade jurídica nem vontade própria, que são atributos do corpo e não das partes, mas na área de suas atribuições e nos limites de sua competência funcional expressam a vontade da entidade a que pertencem e a vinculam por seus atos, manifestados através de seus agentes (pessoas físicas). Como partes das entidades que integram, os órgãos são meros instrumentos de ação dessas pessoas jurídicas, preordenados ao desempenho das funções que lhes forem atribuídas pelas normas de sua constituição e funcionamento. Para a eficiente realização de suas funções, cada órgão é investido de determinada competência, redistribuída entre seus cargos, com a correspondente parcela de poder necessária ao exercício funcional de seus agentes.

Embora despersonalizados, os órgãos mantêm relações funcionais entre si e com terceiros, das quais resultam efeitos jurídicos internos e externos, na forma legal ou regulamentar. E, a despeito de não terem personalidade jurídica, os órgãos podem ter prerrogativas funcionais próprias que, quando infringidas por outro órgão, admitem defesa até mesmo por mandado de segurança.

(MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 15.ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 59)

Com base no texto transcrito e no regime jurídico dos órgãos administrativos, é correto afirmar:

- a) O texto transcrito aborda a teoria do mandato, por meio da qual aos agentes públicos seriam delegados poderes para que agissem em nome e no interesse do Estado.
- b) Os órgãos públicos são centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.
- c) O texto transcrito traz uma concepção de órgão que contraria a formulação da teoria do órgão, atribuída a Otto Gierke, que criou uma doutrina para justificar como se dá a manifestação da vontade do Estado por meio de seus órgãos, por meio da noção de que os agentes públicos, ao agir, expressam a vontade do Estado.
- d) Por serem despersonalizados, os órgãos públicos não mantêm relações funcionais com terceiros, dos quais resultam efeitos jurídicos externos.
- e) No texto, é apresentada a teoria da representação, pela qual a vontade dos agentes exprimiria a vontade do Estado, como ocorre na tutela ou na curatela.

11. Nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é

- a) inexigível a licitação para a contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização.

- b) dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- c) dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que tenha sido criado para esse fim específico, a qualquer tempo, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- d) inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- e) dispensável a licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição com fins lucrativos dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

12. Em relação aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) em relação ao princípio da legalidade, a Administração Pública não é obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- b) o princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins a serem alcançados pelo Estado.
- c) o princípio da eficiência, dada a sua natureza finalística, é prevalente em face do princípio da legalidade.
- d) são aplicáveis à Administração Pública exclusivamente aqueles princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que são o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- e) o princípio da publicidade decorre do direito dos administrados em ter acesso a informações de interesse particular ou coletivo e, por essa razão, não admite a existência de informações públicas sigilosas.

13. Segundo previsão da Lei nº 8.666/1993, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Nesse sentido, é correto afirmar que

- a) qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 10 (dez) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 05 (cinco) dias.

- b) a impugnação apresentada pelo licitante, feita tempestivamente, o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, haja vista que ele pugnar por participar de processo licitatório regular.
- c) a inabilitação do licitante não importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, haja vista que ainda passível de obter-se decisão judicial que o reabilite.
- d) decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram.
- e) as garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes às aquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

14. Os consórcios administrativos

- a) são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.
- b) são contratos em que as partes têm interesses diversos e opostos.
- c) não adquirem personalidade jurídica, permanecendo como simples aquiescência dos partícipes para a prossecução de objetivos comuns.
- d) são acordos firmados entre entidades estatais, autárquicas, fundacionais ou paraestatais, sempre da mesma espécie, para realização de objetivos de interesse com um dos partícipes.
- e) são cooperações associativas firmadas por entidades públicas de qualquer espécie, de utilidade geral e com interesses predominantemente comuns.

15. Um procedimento de licitação foi iniciado pela Administração pública para contratação de serviços na área de tecnologia. Finda a fase de habilitação, a Administração verificou que a especificação técnica dos serviços não havia incluído a necessidade de atualização para as versões posteriores dos softwares. A Administração, assim, pode

- a) republicar o edital, com o termo de referência devidamente retificado, reabrindo os prazos para apresentação de propostas por todos os potenciais interessados.
- b) comunicar os licitantes habilitados sobre a alteração do termo de referência, para que possam se manifestar e adaptar as propostas.
- c) decidir por anular a licitação, considerando a necessidade de reavaliar a conveniência dos critérios do termo de referência e sua aderência às atualizações de mercado.

d) revogar a licitação, considerando que os fatos supervenientes indicam que o termo de referência continha vícios formais, por não ter atendido as especificações técnicas corretamente.

e) retificar o termo de referência e republicar o edital, fazendo constar do mesmo que apenas os licitantes que participaram do certame anterior poderão comparecer ao novo procedimento.

16. A celebração de um contrato de fornecimento de suprimentos hospitalares

a) exige prévia realização de licitação, admitida em qualquer de suas modalidades, excetuado o pregão, por não atender aos requisitos legais necessários à sua instauração.

b) formaliza relação jurídica entre o poder público e particular, sujeita a regime jurídico de direito público, excetuado quanto ao controle, exclusivamente judicial.

c) pode ser objeto de anulação, diante de vício de legalidade, mas não admite rescisão unilateral por parte da Administração pública se submetido ao regime da Lei nº 8.666/1993.

d) admite rescisão unilateral pelas partes, desde que qualquer uma destas comprove a alteração da situação fático-jurídica do momento da contratação, ocasionando excessiva oneração.

e) não impede a possibilidade de desfazimento em sede de controle realizado pela própria Administração pública, observada a necessidade de demonstração de vício de legalidade nos casos de anulação do instrumento.

17. Os atos administrativos vinculados, quando editados pela Administração pública com vícios,

a) são nulos caso apresentem vícios de legalidade, o que impede o aproveitamento dos mesmos e dos direitos deles decorrentes.

b) podem ensejar convalidação, como nos casos de vícios de finalidade e objeto, desde que seja materialmente possível a recomposição da situação ao status anterior à edição dos mesmos.

c) podem ser convalidados no caso de serem sanáveis os vícios de legalidade que o maculam, como, por exemplo, em se tratando de vício de forma.

d) não admitem convalidação, instituto típico e exclusivo dos atos discricionários, na medida em que compreendem juízo de oportunidade e conveniência pelo administrador.

e) devem ser editados pelas autoridades competentes, estabelecidas na lei específica que autorizou a edição dos atos, o que impede o exercício da convalidação, pois significaria alteração de lei por meio de ato administrativo.

18. Uma sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de abastecimento de água à população

a) integra a Administração pública indireta, submetendo-se a regime jurídico de direito privado em suas relações, sejam elas contratuais ou funcionais, o que impede a submissão das mesmas a normas e princípios típicos da Administração direta.

b) não se submete à necessidade de realização de licitações para contratação de serviços e outros objetos pertinentes à sua gestão operacional, pois se trata de pessoa jurídica de direito privado.

c) responde civilmente pelos danos causados por seus servidores no exercício de suas funções, sob a modalidade subjetiva, para evitar concorrência desleal e ofensa ao princípio da isonomia.

d) tem regime de bens integralmente aderente ao regime jurídico de direito público, para tutela do seu escopo de atividades, sendo necessária lei formal para autorizar a alienação de qualquer de seus bens.

e) submete-se à responsabilidade extracontratual nos mesmos moldes da Administração direta, em razão do seu escopo de atuação, respondendo objetivamente pelos danos causados por seus agentes no exercício de suas atividades.

19. Durante uma auditoria contratada pelo próprio ente federado, foi identificada uma contratação de aquisição de software, que se deu mediante realização de pregão presencial. Não foi identificada qualquer irregularidade no valor da contratação, que culminou sensivelmente abaixo do orçamento elaborado pela contratante. Ao contrário, a consulta ao procedimento de licitação permitiu verificar a presença de diversos licitantes e de disputa de lances. O relatório da auditoria opinou pela irregularidade da contratação, por inaplicabilidade do pregão para aquisição de bens de informática e afins. Essa análise

a) procede, sendo vedada a utilização dessa modalidade de licitação para a aquisição de bens dessa natureza, não havendo, contudo, fundamento para anulação porque ausente prejuízo ao erário público.

b) não pode ser presumida verdadeira, cabendo analisar se os bens objeto de aquisição poderiam ter sido objetivamente descritos para fins de isonomia e efetiva competição, ou seja, se poderiam ser considerados de natureza comum.

c) tem caráter meramente opinativo, importando à Administração pública contratante a discricionariedade no juízo decisório sobre o cabimento e conveniência de anular o contrato.

d) vincula a decisão do administrador, cabendo a anulação do procedimento licitatório, não sendo decorrência dela a anulação do contrato, se este estiver atendendo o interesse público e sendo bem executado.

e) se insere no poder de revisão dos próprios atos pela Administração pública, que pode revogar ou anular o contrato em vigência diante de comprovados vícios de legalidade, como, no caso, de forma, insanáveis por natureza.

20. Os órgãos públicos são unidades de atribuições das funções estatais e, como tal,

a) só estão presentes na Administração direta, destinando-se à execução de atividades estritas de Estado, impassíveis de serem delegadas à Administração indireta.

b) são sempre unitários, não podendo se subdividir em outras unidades de atribuições, o que desnaturaria sua função.

c) devem apresentar somente um detentor do poder decisório, não admitindo a composição plural para emissão de vontades.

d) são sempre autônomos e independentes, não podendo se subordinar a outros órgãos para execução de suas tarefas.

e) também podem estar presentes na organização da Administração pública indireta, como, por exemplo, para estruturação de uma autarquia.

21. Diante de um edital de licitação publicado, em relação ao qual foi divulgada notícia de restrição à competição,

a) o Poder Judiciário, provocado ou de ofício, deve determinar a suspensão do procedimento para prévio exame.

b) o Tribunal de Contas pode suspender o certame, para regular exame prévio do edital, recomendando os ajustes necessários para a regularização do instrumento convocatório.

c) cabe aos potenciais interessados a impugnação do mesmo, não se admitindo revisão de ofício.

d) é prescindível a suspensão do procedimento pela Administração, tendo em vista que o exame do instrumento antes de conclusão do certame não pode interferir na possibilidade de sua anulação, que deve ser posterior à contratação.

e) não é exigível do poder público a suspensão do procedimento, tendo em vista que tanto o Poder Judiciário quanto o Tribunal de Contas somente podem determinar a retificação do certame em decisão final.

22. As sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica

a) editam atos administrativos e celebram contratos administrativos, independentemente de sua área de atuação, pois se submetem a regime jurídico de

direito público, ainda que se trate de pessoas jurídicas de direito privado, na medida em que integram a Administração pública indireta.

b) submetem-se a regime jurídico integralmente de direito privado, não lhes sendo exigida a submissão a normas e princípios de direito público, sob pena de inviabilizar sua participação em igualdade de competição no mercado.

c) devem ter previsão em seus estatutos sobre o regime jurídico a que se sujeitam, público ou privado, o que as predará para participação no mercado em igualdade de competição ou observância das normas de direito público, tal como obrigatoriedade de submissão à licitação.

d) são formas de participação do Estado em atividades econômicas, submetendo-se a algumas normas de direito público, em razão da participação pública na composição do capital, embora sujeitas a regime jurídico típico das empresas privadas.

e) atuam em regular competição no mercado, tal qual as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, e sob regime estritamente privado, a fim de que sua existência não configure ofensa à livre competição.

23. As organizações sociais não integram a Administração pública, mas podem exercer atividades típicas dela, pois

a) prestam serviços públicos em caráter lucrativo, não podendo receber recursos públicos no desempenho dessas funções, embora possam ser contratadas mediante dispensa de licitação.

b) não podem exercer atividades com caráter lucrativo, tal qual as fundações públicas, tampouco prestar serviços públicos, atuando em colaboração com o poder público mediante celebração de termos de parceria, não se submetendo aos órgãos externos de controle.

c) dependem de autorização legislativa para serem instituídas pelo poder público, com o qual celebram contrato de gestão, instrumento necessário para fixação de metas e resultados no desempenho de atividades executivas, incluída a prestação de serviços públicos.

d) celebram contrato de gestão para definição de metas na execução de serviços públicos de caráter não exclusivo, mediante repasses de recursos públicos, o que atrai a incidência de controle externo no manejo dessas verbas.

e) estão habilitadas a firmar contratos de concessão ou permissão de serviços públicos, tanto quanto termos de parcerias, cabendo controle sobre sua gestão, pois sua remuneração pode advir diretamente dos usuários ou da própria Administração pública.

24. Editam atos administrativos no regular exercício de suas atividades

a) as agências reguladoras quando editam atos sancionadores das pessoas jurídicas sujeitas à regulação do setor, com fundamento nas normas disciplinadoras da prestação dos serviços públicos.

- b) as concessionárias de serviços públicos, quando da demissão de seus empregados, pois executam atividade de caráter lucrativo sob regime de direito público.
- c) as agências reguladoras, que podem ter natureza jurídica de empresas públicas ou autarquias, submetendo-se, portanto, a regime jurídico de direito público típico do exercício das funções executivas.
- d) os órgãos públicos, quando da celebração de contratos sujeitos ao regime jurídico de direito privado, porque o critério subjetivo é que dita a natureza dos atos editados.
- e) as agências reguladoras e autarquias, desde que referidos atos sejam dotados de autoexecutoriedade.

25. Suponha que determinado órgão da Administração pública necessite mudar seu local de funcionamento, de forma a situar-se em área mais central da cidade, próxima a determinado terminal de integração de transporte metropolitano, a fim de melhor atender seus usuários. Para tanto, de acordo com as disposições da Lei nº8.666/1993, referido órgão

- a) poderá adquirir ou alugar imóvel em localidade que atenda às suas necessidades precípuas, desde que a valor de mercado, cabendo dispensa de licitação.
- b) somente estará dispensado de prévio procedimento licitatório se realizar permuta do imóvel que ocupa por outro que atenda melhor às suas necessidades.
- c) poderá receber imóvel adequado apenas mediante doação, com inexigibilidade de licitação, desde que o imóvel seja proveniente de outro órgão da mesma esfera de governo.
- d) está obrigado a realizar licitação para compra de imóvel que atenda às suas necessidades, cabendo dispensa apenas para locação, observada a legislação civil e comercial.
- e) deverá realizar licitação, na modalidade pregão, seja para aquisição, seja para locação de imóvel, não incidindo in casu hipótese de dispensa ou inexigibilidade.

26. Os órgãos públicos que integram a organização administrativa, na qualidade de “centros de competência para desempenho de funções estatais”,

- a) encontram-se presentes na estrutura descentralizada da Administração pública e configuram polos de decisões emitidas por agentes públicos que se responsabilizam exclusiva e pessoalmente pelas consequências daquelas advindas.
- b) são representados por agentes públicos, mas não se confundem com estes, pois as consequências e conquistas são atribuídas àquelas unidades de competência e, em consequência, às pessoas jurídicas que elas integram.
- c) possuem personalidade jurídica própria, mas não dispõem de autonomia, já que dependem de autorização do comando da pessoa jurídica que integram.

d) exercem os poderes inerentes à Administração pública, à exceção do poder de polícia, restrito à Administração Central, porque indelegável em qualquer de suas vertentes ou facetas.

e) são estruturas típicas de uma Administração pública que se organiza de forma desconcentrada, que constitui entes ou órgãos dotados de personalidade jurídica própria, para desempenho de competências específicas e constantes da lei autorizativa de sua criação.

27. A desconcentração e descentralização, como formas de organização administrativa, interferem na conclusão acerca da incidência do controle interno e externo porque

a) somente os órgãos administrativos, unidades de execução que são criadas quando da utilização do modelo de descentralização, estão sujeitos a controle externo e interno em igualdade de extensão e consequências.

b) o controle exercido pela Administração pública central é mais rigoroso sobre as entidades que integram a Administração pública indireta, em especial no que se refere à possibilidade de anulação de atos e contratos praticados.

c) os Tribunais de Contas exercem controle externo sobre os atos praticados pela Administração pública indireta exclusivamente no que se refere à legalidade, não lhes sendo autorizada análise de economicidade ou de outros parâmetros de aspecto discricionário.

d) o exame realizado pelo Poder Judiciário abrange poderes revisionais, anulatórios e revogatórios para os atos e contratos realizados pelas pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração indireta.

e) o controle interno realizado pela própria Administração inclui a inerente possibilidade de revogação de seus atos, o que não se estende aos entes integrantes da Administração indireta, que ficam sujeitos aos limites do poder de tutela exercido pela Administração central.

28. Uma fundação municipal era responsável pela gestão de um importante museu, cujo acervo compreendia obras nacionais e internacionais. Em razão de curto-circuito no sistema elétrico de alarmes, houve um incêndio no prédio do museu, danificando significativamente boa parte das obras de arte que o guarneciam. Além da reforma das instalações do museu, a administração da fundação pretende identificar e providenciar a restauração das obras de arte que demonstrarem essa possibilidade. Para essa restauração,

a) deverá celebrar contratação emergencial, o que afasta a necessidade de procedimento de licitação ou de dispensa do certame.

b) poderá celebrar contratação direta de restaurador de notória especialização, por inexigibilidade de licitação, considerando a natureza singular do serviço.

c) poderá celebrar contrato com dispensa de licitação, considerando que se trata de serviço notoriamente especializado.

d) deverá realizar licitação, incluindo dentre os requisitos de habilitação a demonstração de notória especialização.

e) poderá contratar a reforma das instalações conjuntamente com o restauro das obras de arte, constituindo um mesmo objeto, mediante inexigibilidade de licitação, considerando que a complexidade do trabalho impõe notória especialização.

29. Uma empresa municipal prestadora de serviço de saneamento básico

a) pode contratar servidores por meio de concurso público para provimento de cargo efetivo, tendo em vista que foi criada para prestação de serviços públicos.

b) depende de lei para ser instituída, instrumento que deverá disciplinar seu escopo de atuação e o regime jurídico a que se submeterá, assim como seus bens.

c) presta serviços públicos por delegação do poder concedente, sendo obrigatório que com este celebre contrato de concessão, no qual será disciplinada a forma de remuneração.

d) deve ter sua criação precedida de autorização legislativa, podendo se remunerar pelos serviços públicos prestados mediante cobrança de tarifa diretamente dos usuários.

e) não se submete a regime jurídico de direito público, porque constituída sob a forma de empresa e, se independente, não fica obrigada ao regime licitatório para celebração de contratos e à realização de concurso público para contratação de pessoal.

30. Os atos administrativos, no que se refere à exequibilidade, são

a) denominados válidos, quando aptos a produzirem efeitos.

b) válidos quando estão aptos a produzirem efeitos, denominando-se atos perfeitos.

c) denominados consumados, o que obsta o juízo de revisão dos mesmos, quando já tiveram seus efeitos integralmente produzidos.

d) denominados imperfeitos enquanto ainda não são válidos, ainda que eficazes.

e) constitutivos quando se limitam ao reconhecimento dos direitos existentes, o que impede a revogação dos mesmos.

31. Considere hipoteticamente que tramita, em determinado Município de São Paulo, um procedimento de licitação para contratação de uma Parceria Público-Privada, precedido de procedimento de manifestação de interesse público, no âmbito do qual

foram apresentados estudos por diversos autorizados, parte deles aproveitada pela Administração pública para modelagem do projeto. No curso da licitação, houve impugnação perante o Tribunal de Contas, que determinou a suspensão do procedimento sob fundamento de suposta restrição nos requisitos de habilitação, com direcionamento do certame àqueles que participaram do chamamento. Diante desse cenário, sob o ponto de vista material, dentre as análises legalmente possíveis com os elementos descritos,

a) é cabível defender a legalidade do procedimento no que concerne ao estabelecimento de requisitos de habilitação que priorizem, tecnicamente, a participação dos autorizados no procedimento de chamamento, considerando que estes já se mostraram efetivamente interessados no projeto, aumentando as chances de higidez da prestação material do serviço.

b) não se pode estabelecer requisitos de habilitação técnica ou de outra ordem que permitam inferir grau de privilégio para aqueles que participaram do chamamento público, a parte de que também inexiste vedação legal para que os autorizados participem, em condições de igualdade de competição, da licitação, ainda que tenham apresentado projetos técnicos por ocasião dos estudos.

c) aqueles que participaram formalmente do chamamento público não podem concorrer na licitação, por ferirem a igualdade de competição de forma presumida, considerando que tiveram acesso a informações restritas e sigilosas por parte da Administração pública, o que lhes confere vantagem na elaboração do correspondente plano de negócios.

d) é vedada a participação na licitação, por força de expresso dispositivo legal, dos autorizados no chamamento público que tenham apresentado estudos abrangendo modelagem econômico-financeira e, em especial, trabalhos técnicos, tais como projeto básico, por configurar presumida vantagem em relação aos demais competidores.

e) descaberia a suspensão do procedimento de licitação nessa fase, tendo em vista que eventual restrição à competição e prejuízo ao erário somente poderiam ser comprovados após o resultado do certame, no caso de algum dos autorizados sagrar-se vencedor.

32. Aos licitantes é concedido direito de apresentação de recurso

a) contra as decisões proferidas nos procedimentos de licitação que possam interferir em sua esfera de direitos, conferindo-se efeito suspensivo em algumas hipóteses, como aqueles apresentados contra o julgamento de propostas.

b) contra a decisão de habilitação ou inabilitação dos licitantes, nos procedimentos de concorrência ou leilão, cuja apreciação se dará após o julgamento do certame.

c) contra as decisões proferidas em cada uma das fases do procedimento licitatório, seja quando se trata de concorrência, seja nos casos de pregão.

d) com concessão de efeito suspensivo, tanto nos procedimentos de concorrência, quanto de pregão.

e) a cada término de fase nos procedimentos de licitação, vedada concessão de efeito suspensivo como forma de tutelar o princípio licitatório.

33. Um empregado público de uma empresa estatal do setor de energia apresentou requerimento dirigido ao Ministério ao qual está administrativamente vinculada aquela pessoa jurídica, pleiteando que fosse estendida administrativamente à sua categoria uma gratificação recentemente concedida aos ocupantes de cargo efetivo naquele órgão e sujeitos ao regime da Lei nº 8.112/1990. O Ministro indeferiu o pedido,

a) não tendo referida decisão natureza de ato administrativo, considerando que se trata de indeferimento dirigido a empregado público, cujo vínculo funcional com o ente da Administração indireta é de natureza privada.

b) não cabendo recurso administrativo contra referida decisão, considerando que o empregado não integra a estrutura hierárquica da secretaria e que o autor da decisão é a mais alta autoridade do órgão.

c) o que não possui fundamento jurídico, considerando que a distinção de regimes funcionais entre cargos e empregos públicos não impede a extensão administrativa de vantagens e gratificações reciprocamente entre seus ocupantes.

d) sob o fundamento de que a vantagem fora estrita e regularmente concedida aos ocupantes de cargo efetivo, de acordo com o regime estatutário a que se submetem, cabendo às empresas estatais a emissão de suas decisões e deliberações, observadas as competências estabelecidas em seus atos constitutivos, que devem ser aderentes à lei que autorizou a criação das mesmas.

e) sendo indispensável a motivação do ato, por se tratar de ato discricionário, o que impedirá o questionamento judicial de qualquer de seus elementos ou atributos.

34. A anulação de um ato administrativo pela autoridade superior do servidor que o praticou, constatada a existência de vício de legalidade,

a) configura regular exercício de controle externo, tendo em vista que o controle interno se restringe à revisão dos atos praticados dentro do mesmo órgão na organização administrativa.

b) enseja reconhecimento automático de responsabilização objetiva da Administração pública, tendo em vista a constatação de ilegalidade praticada por servidor público.

c) deve observar o lapso prescricional legalmente previsto para tanto, que não se aplica às hipóteses de revogação, por se inserir em juízo discricionário do Administrador.

d) não afasta a possibilidade de responsabilização objetiva do Estado se o administrado demonstrar o nexo de causalidade entre a atuação do servidor e os danos que comprovar ter sofrido.

e) somente enseja responsabilização do Estado se restar demonstrado o nexo de causalidade e a conduta dolosa por parte do servidor, hipótese em que este também sofrerá imputação de responsabilidade objetiva.

35. No tocante às empresas públicas e às sociedades de economia mista, é correto afirmar:

a) A criação de subsidiárias de sociedade de economia mista e de empresa pública depende de autorização legislativa, defesa a participação delas em empresa privada de qualquer natureza.

b) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e capital próprio, integralmente detido pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

c) A exploração da atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e suas subsidiárias, autarquias e concessionárias de serviço público.

d) A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista não dependerá de prévia autorização legal, mas será preciso caracterizar, em seu objeto social, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, consoante previsto constitucionalmente.

e) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da Administração indireta.

36. Quando um determinado administrador público edita um ato administrativo, mas este só começa a produzir efeitos após ratificação ou homologação por outra autoridade, está-se diante de ato administrativo

a) condicionado, cuja validade e vigência somente se iniciam após a ratificação ou homologação.

b) bilateral, considerando que sua existência se consuma com a manifestação de vontade da segunda autoridade.

c) composto, pois embora já exista e seja válido, não é exequível antes da manifestação da segunda autoridade.

d) complexo ou composto, considerando que dependem da conjugação de vontade de uma ou mais autoridades para sua validade e eficácia, embora já sejam considerados existentes.

e) subordinado, tendo em vista que, embora existente, válido e eficaz, só se aperfeiçoa com a manifestação de vontade de outra autoridade, que pode, inclusive, revogá-lo.

37. Como formas de organização administrativa, um ente federado pode optar pela desconcentração e pela descentralização,

a) acarretando, nos dois modelos, a delegação de competências próprias desse ente às pessoas jurídicas criadas para exercer as funções executivas.

b) não sendo formas excludentes, pois a desconcentração envolve a criação de órgãos desprovidos de personalidade jurídica, integrantes da estrutura da Administração direta, enquanto a descentralização enseja a criação de pessoas jurídicas, que passam a integrar a Administração indireta.

c) envolvendo, no segundo modelo, a transferência de competências e de titularidade de serviços públicos às pessoas jurídicas que forem criadas, independentemente do regime jurídico a que se sujeitam.

d) não impedindo, nos dois modelos, a coexistência das pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, submetidas ao regime jurídico de direito privado, com os entes que integram a Administração direta.

e) dependendo, nos dois modelos, de lei para definição, distribuição de competências e de atribuições aos entes, órgãos e pessoas jurídicas envolvidas.

38. Quando a Administração pública atua executando atos materiais, como a edificação de um muro, realização da poda de árvores ou, direta ou indiretamente, promovendo o recolhimento do lixo, pratica

a) atos administrativos desprovidos de objeto decisório, mas passíveis de controle externo.

b) fatos administrativos, que não têm conteúdo que expresse manifestação de vontade decisória, não obstante possam gerar efeitos e consequências na esfera de direitos dos administrados.

c) atos e fatos administrativos desprovidos de conteúdo constitutivo, declaratório ou decisório, o que restringe o poder de revisão ao controle interno.

d) fatos administrativos, desprovidos de conteúdo decisório, o que impede a incidência da responsabilidade objetiva constitucionalmente prevista.

e) atos jurídicos desprovidos de caráter administrativo, incidindo em sua execução o regime jurídico de direito privado, ainda que com certa mitigação em razão da aplicação dos princípios constitucionais.

39. Considere que um grupo de entes federados, dentre eles os municípios integrantes de determinada região metropolitana, pretenda constituir um consórcio público para atuar no setor de serviço de transporte intermunicipal. A viabilidade do consórcio pretendido

a) demanda autorização legislativa para que cada ente federado possa celebrar o protocolo de intenções que disciplinará o consórcio, a forma e os valores que deverão ser repassados para a consecução das atividades do órgão.

b) consiste na constituição de uma pessoa jurídica de direito privado, o que viabilizará a flexibilização das contratações necessárias para exploração do serviço público, apartando-se do regime jurídico de direito público obrigatório para os entes federados.

c) demanda, para sua constituição, autorização legislativa de cada um dos integrantes para ratificação do protocolo de intenções, dependendo ainda de posterior celebração de contrato de rateio para que possam repassar recursos à pessoa jurídica criada.

d) depende da celebração de contrato de programa, por meio do qual serão previstos os recursos que serão repassados pelos entes integrantes do consórcio para que este possa prestar os serviços públicos em questão, vedada a transferência dominial de bens imóveis.

e) admite a constituição da pessoa jurídica de direito público por um dos futuros integrantes do consórcio, que fica criado com a adesão dos demais entes interessados na participação.

40. Com relação à licitação na modalidade pregão, considere:

I. É vedada a exigência de garantia de proposta.

II. O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

III. O acolhimento de recurso importará a invalidação de todos atos, sem qualquer aproveitamento.

De acordo com a Lei nº 10.520/2002, está correto o que consta APENAS em

a) III.

b) I e III.

c) II e III.

d) I.

e) I e II.

41. Segundo a Lei nº 10.520/02, a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados que será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e, respeitadas as determinações legais,

- a) facultativamente, por meios eletrônicos e obrigatoriamente, em dois jornais de grande circulação, conforme o vulto da licitação.
- b) obrigatoriamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação
- c) obrigatoriamente, por meios eletrônicos e em dois jornais de grande circulação, independente do vulto da licitação.
- d) facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.
- e) obrigatoriamente, através da imprensa, pelos meios de comunicação de rádio e televisão.

42. A empresa "X" pretende participar de determinado processo licitatório e, sendo assim, Flavio, sócio administrador da referida empresa, passou a estudar o tema. Flavio observou que a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por

- a) razões de interesse coletivo decorrente de fato anterior ao início do procedimento licitatório.
- b) razões de interesse particular decorrente de fato anterior ao início do procedimento licitatório.
- c) ilegalidade, de ofício.
- d) ilegalidade, em razão de provocação de terceiro.
- e) razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

43. Administração pública de determinado município licitou a contratação de serviço de limpeza para determinada repartição pública. Após o início do contrato, adveio necessidade superveniente de contratação de serviços de segurança para o mesmo órgão público, tendo em vista que a empresa anteriormente contratada havia interrompido a prestação dos serviços. A Administração pública pretende aditar o contrato de limpeza para incluir o serviço de vigilância para o mesmo imóvel, tendo em vista que a empresa prestadora também desempenha essas atividades regularmente. A pretensão da Administração

- a) é incabível, por caracterizar violação ao princípio da licitação e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois o objeto do certame não contemplava a prestação de serviços de vigilância.
- b) é admissível, como medida de economicidade e em caráter emergencial, desde que o valor da contratação seja compatível com o mercado.

c) pode se viabilizar com fundamento em hipótese de dispensa de licitação com base no valor dos serviços de vigilância que acrescerão à contratação em vigência.

d) pode ser admitida como aditamento ao contrato original, desde que observado o limite percentual para tanto, previsto na legislação pertinente, que é de 25% no caso proposto.

e) é ilegal caso fique demonstrado que a solução não representa a proposta mais vantajosa para a Administração, tendo em vista que somente esse fundamento autorizaria o aditamento contratual nos moldes propostos.

44. Considere a seguinte situação hipotética: o Estado de São Paulo pretende contratar empresa pública estadual constituída com finalidade própria de assistência técnica e extensão rural e com longa experiência no atendimento à agricultura familiar no Município de São Paulo. Dessa forma, a contratação visa à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal. No caso narrado e, conforme preceitua a Lei nº 8.666/1993, a licitação é

- a) obrigatória, na modalidade convite.
- b) dispensável.
- c) obrigatória, na modalidade concurso.
- d) obrigatória, na modalidade tomada de preços.
- e) inexigível.

45. José, servidor público federal e chefe de determinada repartição pública, removeu o servidor público Mateus por ausência de trabalho suficiente no local em que prestava serviço. Mateus, no entanto, comprovou o vício de motivo no ato administrativo de remoção, tendo em vista que havia acúmulo de serviço na unidade em que trabalhava. A propósito do fato narrado, o citado ato administrativo

- a) deve, obrigatoriamente, ser anulado com efeitos ex nunc.
- b) deve ser anulado com efeitos ex tunc.
- c) não comporta anulação, exceto se houver algum outro vício no ato, como por exemplo, vício de finalidade.
- d) pode ou não ser anulado haja vista tratar-se de opção da Administração pública, em razão da sua soberania e discricionariedade.
- e) apenas admitirá a anulação se decretada pelo superior hierárquico de José, haja vista o exaurimento da competência do servidor para tanto.

46. A Lei federal nº 10.520/2002 estipula que o prazo mínimo para a apresentação de propostas para licitações, contado a partir da publicação do aviso, não seja inferior a

- a) 4 dias corridos.
- b) 4 dias úteis.
- c) 8 dias úteis.
- d) 5 dias úteis.
- e) 3 dias corridos.

47. Considere as afirmações abaixo.

I. Quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

II. Quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

III. Quando houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

IV. Quando o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no plano plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

V. Quando houver o projeto executivo aprovado pela autoridade competente.

VI. Declaração clara de obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.

Segundo a Lei Federal nº 8.666/1993, as obras e os serviços somente poderão ser licitados, quando satisfeitas as afirmações que constam APENAS em

- a) I, II, III, V e VI.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II, III e VI.
- d) I, III, V e VI.
- e) II, III, IV e V.

48. O gestor de uma unidade de saúde realizou uma compra de material na modalidade de tomada de preços. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a tomada de preços é a modalidade de licitação entre

a) quaisquer interessados que, na fase final de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

b) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

c) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.

d) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.

e) diversos fornecedores para aquisição de bens e serviços comuns facilmente comparáveis entre si, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante que ofertar a proposta de menor preço.

49. Segundo a Lei Federal nº 10.520/2002, a fase externa de um pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação. Contado a partir da publicação do aviso, o prazo mínimo, em dias úteis, para a apresentação das propostas é

- a) 8.
- b) 10.
- c) 12.
- d) 15.
- e) 20.

50. A Lei Federal nº 8.666/1993 caracteriza como crime frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação e, para este crime, define a pena de multa e detenção de

- a) 2 a 4 anos.
- b) 6 meses a 1 ano.
- c) 5 a 7 anos.
- d) 6 a 8 anos.
- e) 7 a 9 anos.

51. Em julho de 2018, um determinado ente estadual efetuou a publicação de aviso em seu diário oficial para a convocação dos interessados para participar do processo licitatório referente à contratação de mão de obra para a troca dos azulejos do edifício-sede do ente, sendo o padrão de desempenho e a qualidade do serviço objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. De acordo com as determinações da Lei nº 10.520/2002, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não deveria ter sido inferior a

- a) 5 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderia ser lida ou obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada pregão.
- b) 7 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, o valor mínimo da garantia de proposta, a indicação do local e dias em que poderia ser obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada pregão.
- c) 8 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderia ser lida ou obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada pregão.
- d) 8 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, o valor mínimo da garantia de proposta, a indicação do local, dias e horários em que poderia ser obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada tomada de preços.
- e) 7 dias úteis, sendo que no aviso publicado deveriam constar a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderia ser obtida a íntegra do edital de licitação na modalidade denominada tomada de preços.

52. A invalidação dos atos administrativos pode se dar por anulação ou revogação. O aproveitamento dos atos administrativos que apresentem vícios pode se dar por meio de convalidação,

- a) insere no juízo discricionário da Administração pública, razão pela qual aplicável apenas aos atos discricionários.
- b) incabível para os atos discricionários, porque outro agente público não pode se imiscuir nas razões de mérito da decisão, à exceção do juízo de reconsideração, porque restrito à mesma autoridade.
- c) salvo se não houver ação judicial ajuizada, hipótese em que a competência revisional desloca-se exclusivamente para o Judiciário.
- d) considerando que se trate de vício sanável, ou seja, competência, forma ou finalidade.
- e) desde que não se trate de ato que, por exemplo, tenha exaurido seus efeitos, de forma que o ato convalidatório não produzirá qualquer outro efeito.

53. Constitui hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos previstos pela Lei nº 8.666/1993, autorizando a Administração pública a efetuar contratação direta,

- a) contratação de projetos de engenharia ou arquitetura que envolvam capacitação técnica.

- b) aquisição de produto de marca preferencial da Administração pública, quando evidenciada a superioridade em termos técnicos ou de qualidade.
- c) aquisição de equipamento de fornecedor renomado, desde que se trate de equipamento produzido fora do País.
- d) contratação, inclusive por intermédio de empresário exclusivo, de artista consagrado pela opinião pública.
- e) alienação de imóveis não afetados ao serviço público ou remanescentes de desapropriação.

54. A aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes, para fins de controle da atuação da Administração pública pelo Poder Judiciário,

- a) autoriza a revisão do ato administrativo por motivo de interesse público, permitindo que o Judiciário avalie as prioridades adotadas pelas políticas públicas ou programas de governo à luz dos princípios aplicáveis à Administração.
- b) permite a anulação judicial de atos discricionários, quando identificada inexistência ou falsidade dos pressupostos de fato ou de direito declarados pela Administração para edição do ato.
- c) aplica-se apenas em relação a atos vinculados, permitindo a sua invalidação quando ausentes os pressupostos fixados em lei para motivar a sua edição.
- d) autoriza a revogação de atos administrativos quando verificado que a efetiva motivação do mesmo não foi o interesse público, mas sim o atingimento de fim ilícito ou imoral.
- e) permite a revisão do mérito do ato administrativo, com a avaliação das razões de conveniência e oportunidade que ensejaram a sua edição, salvo em relação aos discricionários.

55. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,

- a) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
- b) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- c) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.

d) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.

e) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.

56. Suponha que o Município de Macapá, objetivando a rápida construção de uma escola em terreno de sua titularidade, tenha instaurado procedimento licitatório único, tendo como objeto conjunto a alienação do imóvel e a construção da unidade escolar. Nesse diapasão, o edital correspondente estabeleceu, como contrapartida ao valor das obras contratadas, a transferência da titularidade do imóvel ao particular após o prazo de 20 anos, quando, então, desativaria a escola. De acordo com os preceitos constitucionais aplicáveis e com as disposições da Lei nº 8.666/1993, referida licitação afigura-se juridicamente

a) inviável, por afronta ao princípio da legalidade, eis que adotada modalidade e procedimento não previsto em lei, com restrição ao caráter competitivo da licitação.

b) inviável, salvo se comprovada economicidade da opção, comparada ao modelo tradicional de licitações individualizadas para cada objeto.

c) viável, eis que é permitida a instituição de requisitos de participação e de formação de preço não expressamente previstos em lei, a critério da autoridade licitante.

d) inviável, devendo a autoridade optar, na situação narrada, por dispensa de licitação, caracterizando o valor devido pelas obras como dação em pagamento pela alienação do imóvel.

e) viável, desde que haja perfeita correspondência entre o valor das obras e o valor do imóvel, ambos apurados mediante prévia avaliação e situação de emergência devidamente comprovada.

57. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, a anulação de um procedimento licitatório em curso

a) não é possível se já ultrapassada a fase de habilitação, que implica em saneamento das eventuais falhas.

b) é cabível por razões supervenientes de interesse público, devidamente comprovadas.

c) é obrigatória, por ato da autoridade competente, se constatada ilegalidade.

d) somente é possível judicialmente, por provocação dos interessados ou da própria Administração.

e) não é juridicamente possível, violando os direitos subjetivos dos licitantes e a vinculação ao instrumento convocatório.

58. A licitação na modalidade pregão eletrônico possui algumas peculiaridades em relação a outras modalidades, entre as quais se insere:

a) vedação a exigência de apresentação de garantia de proposta pelos licitantes.

b) impossibilidade de os licitantes apresentarem recursos em relação à classificação das propostas.

c) ausência de fase de habilitação dos licitantes, com vedação a exigências de capacidade econômico-financeira.

d) possibilidade de contratações simultâneas, com os 3 melhores classificados.

e) possibilidade, a critério do pregoeiro e desde que devidamente justificada, de inversão de fases, com abertura da proposta comercial antes dos documentos de habilitação.

59. A adoção do sistema de registro de preços para aquisições, de acordo com as disposições legais aplicáveis,

a) obriga todos os órgãos que aderirem a ata de registro de preços a efetuarem as aquisições de acordo com os quantitativos informados.

b) somente é possível para bens e serviços de natureza comum, com a adoção obrigatória da modalidade pregão.

c) não enseja obrigatoriedade de assinatura de contrato por parte dos fornecedores com preços registrados, mas apenas a preferência para aquisições futuras.

d) possibilita compras sucessivas, com base no preço estabelecido na correspondente ata de registro de preços, com validade de até 1 ano.

e) somente é aplicável para determinados produtos, em razão de sua especificidade e falta de padronização como medicamentos e insumos de informática.

60. Considere que a Administração municipal necessite adquirir diversos computadores para unidades da rede de ensino e tenha instaurado o competente procedimento licitatório para efetuar tais aquisições. Todavia, temerosa de que o contratado não cumpra o cronograma de entregas previsto no Edital, introduziu no referido instrumento convocatório a exigência de garantia de execução do contrato, em valor correspondente a 5% do valor estimado da contratação. Tal exigência, contudo, foi impugnada pelos licitantes, que alegaram a falta de amparo legal e o caráter restritivo à ampla competição. Tendo em vista a disciplina do tema pela Lei nº 8.666/1993, tal impugnação afigura-se

- a) improcedente, eis que a legislação autoriza a exigência no limite previsto, podendo, inclusive, ser ampliado para 10% nas contratações e fornecimentos de grande vulto.
- b) procedente, pois embora adequado o limite, a legislação apenas autoriza a exigência de garantia de execução em contratos de obras.
- c) procedente, eis que o limite de garantia de execução contratual é de 1% do valor estimado do contrato.
- d) improcedente, eis que a exigência de garantia é prerrogativa da Administração, no limite que considerar necessário, salvo para contratos de prestação de serviços.
- e) procedente, pois não é juridicamente admissível a exigência de prestação de garantia pelos contratados, salvo quando identificado risco de insolvência.

Gabarito – Direito Administrativo									
01. D	02. E	03. B	04. D	05. E	06. A	07. C	08. A	09. C	10. B
11. A	12. B	13. E	14. D	15. A	16. E	17. C	18. E	19. B	20. E
21. B	22. D	23. D	24. A	25. A	26. B	27. E	28. B	29. D	30. C
31. B	32. A	33. D	34. D	35. E	36. C	37. B	38. B	39. C	40. E
41. D	42. E	43. A	44. B	45. B	46. C	47. B	48. B	49. A	50. A
51. C	52. E	53. D	54. B	55. D	56. A	57. C	58. A	59. D	60. A

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. No tocante ao artigo 7, da Constituição da República Federativa do Brasil, são considerados direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

a) a irredutibilidade do salário garantida ao trabalhador rural e urbano, mesmo se houver disposição contrária em convenção ou em acordo coletivo.

b) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço deverá ser de no máximo 30 dias.

c) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, terá duração de cento e oitenta dias.

d) a relação de emprego não será protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar.

e) o décimo terceiro salário tem como base a remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

02. Entre os direitos fundamentais assegurados aos trabalhadores pela Constituição Federal se inclui

a) participação na gestão da empresa e, excepcionalmente, nos lucros e resultados.

b) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a 75% à do normal.

c) proibição de trabalho a menores de 18 anos, salvo na condição de menor aprendiz.

d) proibição às mulheres de trabalho insalubre, perigoso ou atividades penosas.

e) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

03. Os mandados de segurança

a) são, em regra, sucedâneos de recursos, mormente para obtenção do efeito suspensivo não previsto.

b) podem, seus pedidos, ser renovados dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

c) admitem dilação probatória quanto aos fatos alegados, como regra.

d) quando da competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, defesa a sustentação oral na sessão do julgamento.

e) concedidos ou denegados, impedirão que o direito seja pleiteado por ação própria, mesmo que julgados sem resolução de mérito.

04. Em relação aos agentes públicos, é correto afirmar que

- a) particulares em colaboração com o Poder Público são pessoas físicas que prestam serviços ao Estado, necessariamente mediante remuneração, embora sem vínculo empregatício.
- b) os servidores estatutários se submetem a um regime jurídico legal estabelecido pela respectiva unidade da Federação.
- c) os titulares de cargo vitalício só podem perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado ou por meio de processo administrativo disciplinar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- d) servidores temporários não são considerados agentes públicos, uma vez que não ocupam cargo ou emprego público.
- e) os empregados públicos são agentes contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de cargo público.

05. Ao dispor sobre o direito de reunião, a Constituição brasileira

- a) impede a indicação de medida coercitiva, em face de decretação de estado de defesa, que importe em restrição ao exercício do direito de reunião no âmbito de associações.
- b) garante seu exercício independentemente de autorização ou prévia comunicação sobre a realização da reunião à autoridade administrativa competente.
- c) não veda medida preventiva do Poder Público voltada a impedir a utilização de carros de som ou equipamentos assemelhados em manifestações públicas em praças e vias próximas à sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal.
- d) veda medida preventiva do Poder Público com o objetivo de impedir a realização de reunião em local aberto ao público em virtude de outra reunião anteriormente convocada para o mesmo espaço ou local.
- e) não veda medida preventiva do Poder Público com o objetivo de impedir a participação em reunião de cidadãos munidos com arma de fogo, ainda que possuam autorização de porte nos termos da lei.

06. A Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, estabeleceu em seu art. 3º que a lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas. A ausência do diploma legal referido no preceito constitucional

- a) torna inviável o exercício de direito constitucional assegurado ao trabalhador de receber os seus créditos trabalhistas em caso de inadimplência do empregador, ensejando, portanto, a procedência de mandado de injunção ajuizado perante o STF.

b) não configura inconstitucionalidade por omissão, pois trata-se, no caso, de norma constitucional de eficácia contida que autoriza ao legislador impor restrições ao alcance ou à eficácia do comando constitucional.

c) torna inviável o exercício de direito constitucional assegurado ao trabalhador de receber seus créditos trabalhistas em caso de inadimplência do empregador, não ensejando, porém, a procedência de mandado de injunção ajuizado perante o STF, pois ainda não transcorreu prazo suficiente à caracterização de inconstitucionalidade por omissão.

d) autoriza o STF a suprir normativamente a lacuna deixada pelo legislador mediante o deferimento de mandado de injunção impetrado por trabalhador para receber créditos trabalhistas ante o estado de inadimplência em que se encontra o empregador.

e) não implica a inviabilidade do exercício de direito constitucional assegurado ao trabalhador, não ensejando, portanto, a procedência de mandado de injunção ajuizado perante o STF em face de estado de inadimplência do empregador.

07. A avaliação periódica da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, compete

- a) ao Presidente da República.
- b) à Câmara dos Deputados.
- c) às Assembleias dos Estados.
- d) ao Senado Federal.
- e) à Comissão de Finanças e Orçamento do Congresso Nacional.

08. A imunidade parlamentar que consiste na não obrigatoriedade do parlamentar em testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações, é conhecida como imunidade

- a) probatória.
- b) testemunhal.
- c) foro especial.
- d) prisional.
- e) processual.

09. São características das comissões parlamentares de inquérito, no âmbito federal:

- a) temporariedade; criação por requerimento de pelo menos um terço do total de membros da Casa; poder de requerer a audiência de Ministros de Estado.

b) função atípica do Estado; não necessitar de objeto de investigação definido, podendo iniciar com diligências para delimitá-lo; poder de requerer a audiência de Deputados e Senadores, mas não de Ministros, exceto se autorizado pelo Presidente da República.

c) investigar fatos relacionados às atribuições fiscalizatórias da Casa; poder requerer audiência de autoridades municipais; não possuir prazo definido para conclusão dos trabalhos.

d) não possuir prazo definido para a conclusão dos trabalhos; criação por requerimento de pelo menos um terço do total de membros da Casa; poder de requerer a audiência de Ministros de Estado.

e) criação por requerimento de pelo menos metade mais um do total de membros da Casa; temporariedade; poder de requerer a audiência de Deputados e Senadores, mas não de Ministros, exceto se autorizado pelo Presidente da República.

10. A lotação de Defensores Públicos, de forma proporcional para atender a efetiva demanda, ocorrerá prioritariamente atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e de adensamento populacional, por previsão contida na

- a) Emenda Constitucional nº 45/2004.
- b) Emenda Constitucional nº 80/2014.
- c) Constituição Federal já no texto de 1988.
- d) Lei Complementar nº 90/1994.
- e) Emenda Constitucional nº 41/2003.

11. De acordo com a Constituição Federal, o chefe do Ministério Público da União

a) será nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

b) poderá ser destituído do cargo por iniciativa do Presidente da República após autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

c) será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para o exercício do cargo de Procurador-Geral da República, dentre brasileiros com notável saber jurídico e reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos, integrantes ou não da carreira.

d) será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

e) poderá ser destituído do cargo pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização de dois terços da Câmara dos Deputados.

12. Art. 72. O Tribunal de Contas da União, com sede no Distrito Federal e quadro próprio de pessoal, tem jurisdição em todo o País.

(...)

§ 3º Os seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos. Constituição Federal de 1964 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969, revogada pela Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal anterior estabelecia que todos os membros do Tribunal de Contas da União seriam escolhidos pelo Presidente da República. Isso foi alterado com a nova ordem, pois

- a) todos os membros passaram a ser escolhidos pelo Congresso Nacional.
- b) todos os membros passaram a ser concursados.
- c) não há mais a necessidade de o Senado aprovar, previamente, os Ministros indicados pelo Presidente da República.
- d) não se exige mais idoneidade moral dos nomeados.
- e) além de idoneidade moral, passou a se exigir reputação ilibada.

13. O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: (...) recomendar à Casa Civil da Presidência da República que promova estudos técnicos no sentido de avaliar a conveniência e oportunidade do reposicionamento hierárquico da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC junto ao órgão máximo do Poder Executivo, retirando-a do Ministério da Fazenda, de modo a prestigiar-se o aumento no grau de independência funcional da entidade, em face da busca de maior eficiência no desempenho das competências definidas no art. 74 da Constituição Federal; Decisão TCU 507/2001-P Min. Rei. Marcos Vinícios Vilaça.

A decisão acima desencadeou análises que reestruturaram importante órgão de Estado, a respeito do qual é correto afirmar que

- a) deve manter-se independente, não assistindo o cumprimento da missão institucional de nenhum outro órgão.
- b) sua chefia passou a ser privativa de procurador do Ministério Público.
- c) subordina-se hierarquicamente ao Tribunal de Contas respectivo.
- d) é, em verdade, o Tribunal de Contas Estadual.
- e) deve integrar um sistema, avaliando as metas constantes do plano plurianual.

14. O Tribunal de Contas é competente para

- a) apreciar a constitucionalidade de leis.

- b) apreciar, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão.
- c) escolher, dentre os titulares do cargo de analista de controle externo, um de seus Membros.
- d) julgar as contas do Governador do Estado de Pernambuco.
- e) julgar as contas dos Prefeitos dos Municípios de Pernambuco.

15. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Ministério Público e seu Conselho Nacional,

- a) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) a destituição do chefe do Ministério Público da União, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- c) os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal, na forma da lei ordinária respectiva.
- d) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, sendo-lhe vedado, contudo, propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, em razão de ser esta atribuição de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.
- e) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

16. À luz da Constituição Federal, o Ministério Público tem como função institucional, dentre outras,

- a) representar a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- b) prestar orientação jurídica, bem como promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- c) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
- d) exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.

e) representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

17. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurado na Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

a) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.

b) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção coletiva ou acordo individual de trabalho.

c) a jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

d) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

e) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando averiguado o dolo ou a culpa do empregador.

18. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais,

a) a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

b) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

d) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.

e) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

19. Segundo a Constituição Federal, NÃO haverá penas

I. de caráter perpétuo.

II. de perda de bens e valores.

III. de banimento.

IV. cruéis.

V. de interdição temporária de direitos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e V.
- e) I, III e IV.

20. Em uma situação hipotética, José das Couves e Fulano de Tal são eleitos em 2018, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República. No entanto, em setembro de 2021, ambos vêm a falecer em trágico acidente aéreo. Pelas regras constitucionais atualmente vigentes,

- a) deve ser realizada eleição em noventa dias.
- b) assume a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, tendo como vice o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) deve ser realizada eleição, pelo Congresso Nacional, em trinta dias.
- d) assume a Presidência da República o Presidente do Supremo Tribunal Federal, até completar o período de seus antecessores.
- e) deve ser realizada eleição direta em sessenta dias.

21. De acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988, a regra é que os atos processuais sejam

- a) solenes.
- b) públicos.
- c) secretos.
- d) discretos.
- e) vetustos.

22. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

- a) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- b) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- c) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

d) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

e) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

23. Sobre o direito de propriedade, na forma prevista na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que

a) a perda da propriedade ocorrerá por desapropriação, garantido o direito de indenização, em títulos públicos e ao final do procedimento.

b) a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

c) o direito de autor é transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

d) a propriedade intelectual dos inventos industriais não é perpétua, mas assegurada aos seus autores por um período definido em lei.

e) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ulterior indenização, se houver dano.

24. O Presidente da República pretende encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei instituindo procedimento de avaliação periódica de desempenho de servidores públicos titulares de cargos efetivos federais, procedimento esse que poderá ensejar, a depender do resultado da avaliação e assegurada a ampla defesa, a perda do cargo público federal. Considerando as disposições da Constituição Federal, o Presidente da República

a) tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei complementar, mas a Lei não poderá impor a perda do cargo aos servidores públicos que já tiverem alcançado a estabilidade no cargo.

b) tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei ordinária, mas a Lei não poderá impor a perda do cargo aos servidores públicos que já tiverem alcançado a estabilidade no cargo.

c) tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei complementar, podendo a Lei impor a perda do cargo inclusive aos servidores públicos que já tiverem alcançado a estabilidade no cargo.

d) não tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei complementar, mediante projeto de iniciativa privativa do Congresso Nacional, podendo a Lei prever a perda do cargo inclusive aos servidores públicos que já tiverem alcançado a estabilidade no cargo.

e) não tem iniciativa legislativa na matéria, que deve ser disciplinada em lei complementar, mediante projeto de iniciativa privativa do Congresso Nacional, não podendo a Lei, ademais, instituir essa hipótese de perda do cargo público por não estar prevista na Constituição Federal.

25. Os servidores públicos estaduais ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração sujeitam-se ao regime

a) geral de previdência social, não se aplicando o princípio da imunidade tributária recíproca à contribuição previdenciária devida, ao órgão federal de arrecadação do tributo, pelo Estado contratante do servidor.

b) previdenciário previsto na Constituição do respectivo Estado, que pode ser tanto o regime próprio de previdência social, quanto o regime geral, mas, optando-se por esse último, a contribuição previdenciária devida ao órgão federal de arrecadação do tributo não é exigível do Estado contratante do servidor, em razão do princípio da imunidade recíproca.

c) próprio de previdência social, podendo os Estados fixar, para o valor das aposentadorias e pensões devidas a esses servidores, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, desde que instituem regime de previdência complementar para os mesmos servidores.

d) geral de previdência social, mas a contribuição previdenciária devida ao órgão federal de arrecadação do tributo não é exigível do Estado contratante em razão do princípio da imunidade recíproca.

e) previdenciário previsto na Constituição do respectivo Estado, que pode ser tanto o regime próprio de previdência social, quanto o regime geral, não se aplicando, nesse último caso, o princípio da imunidade tributária recíproca à contribuição previdenciária devida, ao órgão federal de arrecadação do tributo, pelo Estado contratante do servidor.

26. De acordo com o texto da Constituição Federal, ato administrativo que prejudique o patrimônio público e social e o meio ambiente poderá ser contestado no âmbito de

a) ação civil pública, bem como de ação popular, para as quais é legitimado o Ministério Público em defesa de interesses difusos.

b) ação popular e mandado de segurança coletivo, para as quais são legitimados, entre outros, partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano.

c) mandado de injunção, na hipótese de o ato administrativo também contrariar o exercício dos direitos e liberdades constitucionais ou as prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, ainda que já tenha sido editada norma regulamentadora que viabilize o exercício desses direitos.

d) ação civil pública, para a qual é legitimado o Ministério Público, em defesa de interesses difusos, não sendo cabível a propositura de ação popular pelo Ministério Público.

e) ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, na hipótese de violação à Constituição Federal, podendo o ato ser declarado inconstitucional ainda que não se alcance o quórum de maioria absoluta dos membros do Tribunal.

27. Lei de determinado Estado exige do contribuinte que deposite o valor do tributo cobrado pela administração estadual, como pressuposto de admissibilidade do recurso administrativo cabível contra a decisão que manteve o crédito tributário, proferida em sede de processo administrativo tributário. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a exigência imposta pela lei estadual mostra-se

a) inconstitucional, uma vez que apenas poderia ser imposta por lei complementar editada pela União, competente para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

b) constitucional, sendo incompatível com a Constituição Federal apenas a exigência de pagamento de taxa para o exercício do direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

c) constitucional, desde que o depósito do valor do tributo seja restituído ao contribuinte no caso de ser provido seu recurso.

d) constitucional, uma vez que compete aos Estados editar normas específicas em matéria de legislação tributária, tais como o estabelecimento de pressupostos de admissibilidade de recurso no âmbito do processo administrativo tributário.

e) inconstitucional, uma vez que contraria a garantia constitucional da ampla defesa, que se aplica tanto ao processo judicial, quanto ao processo administrativo.

28. Associação constituída e em funcionamento há dez meses promove, na casa de um de seus associados, reunião em que os presentes organizam a prática de atos de racismo. Tendo ciência dos propósitos do evento, a autoridade policial ingressa, durante a noite, contra a vontade do morador, no local em que está sendo realizada a reunião e impede sua continuidade. Ao ser informado desses fatos, membro do Ministério Público determinou a suspensão de todas as atividades da associação, até que seja concluído o processo administrativo por ele instaurado voltado para a dissolução da entidade por decisão administrativa. Considerando essa situação à luz da Constituição Federal,

a) o membro do Ministério Público não poderia ter determinado a suspensão das atividades da associação, nem instaurado o processo administrativo com a referida finalidade, tendo a associação legitimidade para impugnar esses atos pela via do mandado de segurança.

b) a autoridade policial não poderia ter ingressado na casa em que a reunião se realizava, uma vez que a invasão de domicílio não pode ocorrer durante a noite, mesmo em caso de flagrante delito, motivo pelo qual o morador tem legitimidade para ajuizar, contra o responsável pelo ato, ação de indenização por dano moral decorrente da violação à sua vida privada.

c) a autoridade policial não poderia ter impedido a continuidade da reunião, uma vez que, à luz das liberdades de reunião e de convicção filosófica, a invasão de domicílio apenas poderia ser realizada durante o dia, mediante ordem judicial, mesmo em caso de flagrante delito.

d) o membro do Ministério Público não poderia ter determinado a suspensão das atividades da associação, ainda que pudesse determinar, ao fim do processo administrativo instaurado, a dissolução compulsória da entidade, mas a associação não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra o ato ministerial, uma vez que foi constituída há menos de um ano.

e) o membro do Ministério Público não poderia ter determinado a suspensão das atividades da associação, nem determinar, ao fim do processo administrativo, a dissolução compulsória da entidade, uma vez que apenas poderia fazê-lo caso a associação tivesse praticado atividades ilícitas, o que não ocorreu no caso.

29. À luz da Constituição Federal, dentre as situações passíveis de caracterizar exercício irregular de atividade profissional ou econômica, está a

a) falta de filiação de sociedade empresarial ao sindicato representativo da respectiva categoria econômica.

b) falta de prévia autorização do Poder Público para o desempenho da atividade, exigida pela Constituição Federal independentemente de lei nesse sentido em benefício da segurança do Estado e da sociedade.

c) falta de preenchimento das condições de qualificação profissional previstas em lei para o exercício de atividade que cabe ser regulamentada.

d) condenação penal em segundo grau de jurisdição, ainda que sujeita a recurso, por crime contra a fazenda pública, o que impede o condenado de exercer sua atividade profissional ou econômica independentemente de lei nesse sentido.

e) prática de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação que tenha sido censurada previamente por ato de autoridade administrativa.

30. Considere as seguintes hipóteses: Leopoldo é Presidente da República; Jurandir é Vice Presidente da República; Dulce é Presidente do Senado Federal; Drauzio é Presidente da Câmara dos Deputados e Cléo é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Supondo-se que, três anos após as eleições, Leopoldo perde o seu mandato e Jurandir renuncia ao cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência,

- a) Drauzio; Dulce e Cléo, que deverão cumprir o mandato até o final, sendo, portanto, desnecessária a convocação de novas eleições.
- b) Drauzio; Dulce e Cléo, sendo realizada nova eleição para a escolha de representantes de ambos os cargos pela população, quarenta e cinco dias depois da última vaga, na forma da lei.
- c) Drauzio; Dulce e Cléo, sendo feita eleição para ambos os cargos trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- d) Dulce; Drauzio e Cléo, sendo a eleição para ambos os cargos feita quarenta e cinco dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- e) Dulce; Drauzio e Cléo, sendo a eleição para ambos os cargos feita noventa dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

31. Alfredo, brasileiro, com 35 anos e em pleno vigor físico e mental, invocou motivo de crença religiosa para se eximir de determinada obrigação legal a todos imposta. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Alfredo

- a) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, mas deverá cumprir pena de prestação social à comunidade.
- b) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, pois é inviolável a liberdade de religião no Brasil.
- c) será desde logo privado de direitos, uma vez que não é admissível invocar motivo de crença religiosa para o fim de se eximir de obrigação estabelecida em lei.
- d) não será privado de direitos, salvo se ele se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei
- e) será desde logo privado de direitos, não lhe sendo dado cumprir prestação alternativa, admitida apenas para os casos de escusa fundada em motivo de convicção filosófica ou política.

32. Suponha que edital de concurso público para preenchimento de cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração direta de determinado Estado estabeleça limite de idade para inscrição no certame. Certo indivíduo, cuja inscrição foi indeferida administrativamente, em caráter definitivo, em função do referido limite, impetra mandado de segurança, com vistas a assegurar sua participação, sob o fundamento de ser inconstitucional a exigência editalícia em questão. Nesse caso, considerado o disposto na Constituição Federal, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, o mandado de segurança é, em tese,

- a) incabível, pois o mandado de segurança não é meio idôneo para o exercício de controle de constitucionalidade, sendo hipótese de ajuizamento de ação civil pública, para a qual estão legitimados o Ministério Público ou, se o prejudicado comprovar insuficiência de recursos, a Defensoria Pública.

b) incabível, pois o mandado de segurança não é substitutivo de ação popular, a qual seria adequada na situação em tela, e para a qual estaria legitimado qualquer cidadão, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

c) incabível, independentemente do cargo a ser preenchido, se o limite de idade estiver previsto em lei, uma vez que não haverá prática de ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade pública, hipótese em que a lei deverá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, para cuja propositura, no entanto, não está legitimado o prejudicado pela exigência editalícia.

d) cabível, por se destinar à tutela de suposto direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado por ato de autoridade pública; e, no mérito, será procedente, ainda que o limite de idade esteja previsto em lei, uma vez que é proibido o estabelecimento de diferença de critérios de admissão por motivo de idade.

e) cabível, por se destinar à tutela de suposto direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado por ato de autoridade pública; mas, no mérito, será improcedente, se o limite de idade estiver previsto em lei e puder ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

33. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:

- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
- II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
- III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
- IV. Extinção de Ministérios.

À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional

a) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.

b) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.

c) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.

d) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira

de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.

e) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.

34. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:

- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
- II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
- III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.

São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em

- a) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
- b) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
- c) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
- d) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
- e) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.

35. No que concerne ao campo de atuação dos sistemas de controle interno dos poderes executivo, legislativo e judiciário e, de outro lado, o controle externo exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, nos limites estabelecidos pela Constituição da República, tem-se que

- a) o controle interno dos poderes deve atuar de forma integrada, apoiando o controle externo em sua missão institucional, de forma que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

b) a atuação do controle interno é eminentemente finalística, ligada à avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração, enquanto a do controle externo é atinente exclusivamente à legalidade dos atos.

c) a atuação do controle interno suplanta a do controle externo, eis que este último somente pode emitir recomendações e indicações à Administração, cabendo ao controle interno, no exercício da tutela administrativa, a adoção das medidas corretivas, incluindo a invalidação dos atos eivados de ilegalidade.

d) compete ao controle externo avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos, enquanto o controle interno fiscaliza as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.

e) os controles interno e externo devem atuar de forma autônoma e independente, como garantia de cumprimento da missão constitucional a cada qual cometida, vedada análise pelo Tribunal de Contas de atos ou contas que estejam sob exame do controle interno.

36. Ao disciplinar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União, a Constituição Federal estabelece que

a) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à Comissão mista de Execução Orçamentária do Congresso Nacional, sob pena de responsabilidade solidária.

b) compete ao Congresso Nacional, por meio de Comissão mista permanente, solicitar esclarecimentos às autoridades responsáveis por despesas não autorizadas, exceto as que se deem sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados.

c) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resultem imputação de multa aplicada aos responsáveis de forma proporcional ao dano causado ao erário, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, terão eficácia de título executivo.

d) os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se-lhes as normas de aposentadoria e pensão estabelecidas para os servidores titulares de cargos efetivos.

e) seis Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

37. Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no âmbito da Câmara dos Deputados, a partir do requerimento de 187 de seus 513 membros, para apurar no prazo de 90 dias supostas irregularidades na celebração de contratos de prestação de

serviços de limpeza no âmbito da Administração direta federal havidos no ano em curso, determina que sejam realizados os seguintes atos, para instrução de seus trabalhos, relativamente aos servidores públicos investigados como suspeitos: a) quebra do sigilo bancário; b) interceptação das comunicações de telefonia fixa e móvel; e c) convocação para prestar depoimento.

Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinente, a referida CPI foi instaurada

a) regularmente, assim como os atos que praticou são regulares, uma vez que dispõe de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais para o desempenho de suas atribuições.

b) regularmente, embora, dentre as medidas adotadas, não pudesse ter determinado a quebra de sigilo bancário e a interceptação de comunicações telefônicas dos investigados, por se tratar de matérias sujeitas à reserva jurisdicional.

c) regularmente, embora, dentre as medidas adotadas, não pudesse ter determinado apenas a interceptação de comunicações telefônicas dos investigados, por se tratar de matéria sujeita à reserva jurisdicional.

d) regularmente, embora, dentre as medidas adotadas, não pudesse ter determinado a interceptação de comunicações telefônicas dos investigados, por se tratar de matéria sujeita à reserva jurisdicional, nem a convocação para os investigados prestarem depoimento, pois têm direito a permanecerem calados.

e) irregularmente, sob o aspecto formal, assim como são irregulares os atos que praticou, por se tratar de matérias todas sujeitas à reserva jurisdicional.

38. Compete exclusivamente ao Congresso Nacional

a) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

b) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

c) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

d) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

e) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

39. A respeito das normas constitucionais que regem a atividade dos Deputados Federais e Senadores,

- a) esses parlamentares, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- b) recebida a denúncia contra algum desses parlamentares, por crime ocorrido após a diplomação, será dada ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- c) esses parlamentares não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações, salvo em caso de investigação realizada por comissão parlamentar de inquérito.
- d) a incorporação às Forças Armadas de algum desses parlamentares, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.
- e) as imunidades desses parlamentares serão suspensas durante o estado de sítio.

40. Considerando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos e garantias fundamentais,

- a) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, apenas na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- b) o preso será informado de seus direitos e obrigações, entre as quais a de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- c) conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, ou para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de crime propriamente militar.
- e) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

41. Considere a seguinte distribuição de cadeiras em um dado parlamento: partido A – 36%; partido B – 24%; partido C – 28% e partido D – 12%. O partido A é de oposição ao Executivo e requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar

supostos desvios de recursos em um determinado órgão da Administração direta. Em vista disso, a CPI

- a) poderá ser criada se aprovada pela maioria relativa dos parlamentares.
- b) poderá ser criada se aprovada pela maioria absoluta dos parlamentares.
- c) deverá ser criada por ser direito de minoria e deverá ser composta majoritariamente pelos membros do partido de oposição que a requereu.
- d) deverá ser criada e os poderes próprios de autoridade judicial serão exercidos uma vez aprovados pelo plenário da comissão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- e) deverá ser criada e os poderes próprios de autoridade judicial serão exercidos uma vez referendados pelo plenário do parlamento por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

42. Lei de certo Estado, fruto de projeto de iniciativa parlamentar, determinou que o valor das aposentadorias e pensões dos titulares de cargos públicos efetivos tenha como limite máximo aquele estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, tendo, ainda, instituído para os referidos servidores regime de previdência complementar, de caráter facultativo. Na sequência, o Governador do Estado editou decreto criando autarquia para administrar o regime de previdência complementar. Nessa situação, observa-se que a Constituição Federal foi contrariada APENAS no que toca à

- a) iniciativa da lei estadual, que é privativa do Poder Executivo, bem como à edição de decreto criando a autarquia, uma vez que a entidade somente poderia ter sido criada por lei específica.
- b) instituição de regime de previdência complementar por lei, uma vez que cabe privativamente ao Governador fazê-lo por decreto.
- c) edição de decreto criando a autarquia, uma vez que a entidade somente poderia ter sido criada por lei específica.
- d) limitação do valor das aposentadorias e pensões dos titulares de cargos públicos efetivos, uma vez que apenas os benefícios dos titulares de cargos públicos em comissão poderiam ter sido limitados.
- e) criação de autarquia para administrar o regime de previdência complementar, uma vez que deveria ter sido criada entidade de natureza privada para esse fim.

43. De acordo com a Constituição Federal, considerando apenas os dados aqui fornecidos, o servidor público ocupante, há cinco anos, de cargo efetivo da Administração direta, que se elegeu Deputado Distrital, durante o exercício de seu mandato,

- a) ficará afastado de seu cargo, sendo contado seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- b) ficará afastado de seu cargo, sendo contado seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- c) não ficará afastado do seu cargo se houver compatibilidade de horários, percebendo as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração oriunda do mandato eletivo.
- d) não ficará afastado do seu cargo se houver compatibilidade de horários, percebendo apenas a remuneração referente ao exercício do mandato eletivo.
- e) perderá seu cargo e somente poderá prestar novo concurso público para exercer cargo no Distrito Federal após um ano do término do exercício do mandato eletivo.

44. De acordo com o texto da Constituição Federal, com relação ao direito de greve, é correto afirmar que

- a) compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender, cabendo à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- b) é assegurado aos trabalhadores do setor público ou privado, sendo que os militares devem comunicar a intenção de exercê-lo com a antecedência mínima de cinco dias aos seus comandantes e à população, decidindo, cada categoria, sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- c) é assegurado aos empregados, aos empregadores e aos autônomos, conforme os distintos interesses que queiram por meio dele defender, a eles competindo, em conjunto, decidir sobre a oportunidade de exercê-lo.
- d) é assegurado aos empregados e servidores públicos, sendo que, em relação aos militares, apenas o possui os que forem regularmente sindicalizados.
- e) é assegurado aos trabalhadores em geral, exclusivamente para a defesa dos interesses previamente relacionados em lei específica, a eles competindo, em conjunto, decidir sobre a oportunidade de exercê-lo.

45. Gilda foi nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e o exerce efetivamente há quatro anos. Em conformidade com a Constituição Federal, Gilda

- a) é servidora pública estável, desde que cumprida a condição obrigatória de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, pois são estáveis

após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e, portanto, só perderá o cargo em virtude de decisão judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

b) é servidora pública estável, desde que cumprida a condição obrigatória de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, pois são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo que o servidor público estável só poderá perder o cargo: em virtude de decisão judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

c) não é servidora pública estável, pois são estáveis após cinco anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, só perdendo o cargo em virtude de decisão judicial transitada em julgado.

d) é servidora pública estável, pois são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e, portanto, só perderá o cargo em virtude de decisão judicial de órgão colegiado ou transitada em julgado.

e) é servidora pública estável, pois são estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e, portanto, só perderá o cargo em virtude de decisão judicial de órgão colegiado ou transitada em julgado ou procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

46. Em relação ao regime de previdência de caráter contributivo e solidário assegurado aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, considere:

I. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, sob dito regime, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal.

II. O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

III. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

IV. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Em conformidade com a Constituição Federal, está correto o que se afirma em

- a) II e III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

47. Felipe foi processado e condenado por prática de crime, por decisão judicial transitada em julgado, tendo cumprido a respectiva pena de privação de liberdade. Contudo, a condenação de Felipe se deu por erro judiciário. Diante dessa situação, considerando apenas os dados ora fornecidos, Felipe

- a) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o reconhecimento da responsabilidade acarretaria ofensa à coisa julgada.
- b) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o Poder Judiciário é soberano.
- c) poderá pleitear indenização do Estado pois, de acordo com a Constituição Federal, este indenizará o condenado por erro judiciário.
- d) poderá pleitear indenização do Estado, desde que a condenação por erro judiciário tenha sido confirmada pelos Tribunais Superiores.
- e) não poderá pleitear indenização do Estado, pois ao magistrado é assegurada a independência.

48. A Emenda Constitucional no 20/1998 alterou vários dispositivos da Constituição Federal, atingindo substancialmente as regras do art. 40 de seu texto. De acordo com as regras fixadas por meio desta Emenda, algumas das quais se encontram em vigor até a presente data, os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, serão aposentados, voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria,

- a) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, facultada a contagem do prazo de contribuição fictícia, prevista em lei ordinária, em limite não superior a 15% do tempo total de efetiva contribuição.
- b) aos sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, excluídos dessa regra os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) aos sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, facultada a contagem do prazo de contribuição fictícia, prevista em lei complementar, em limite não superior a 20% do tempo total de efetiva contribuição.

d) aos sessenta anos de idade e trinta de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e vinte e cinco de contribuição, se mulher, tratando-se de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

e) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, incluídos nessa regra os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

49. No que concerne ao regime próprio de previdência de servidores na forma prevista atualmente pela Constituição da República, tem-se que

a) somente pode ser mantido, a partir da edição da Emenda Constitucional no 41, de 2003, com a instituição concomitante de regime de previdência complementar, destinado a servidores ocupantes de cargo efetivo e empregados públicos.

b) não alcança os servidores temporários e aqueles ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ou emprego público, os quais são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência.

c) permite, no âmbito da competência concorrente conferida aos Estados para legislar sobre previdência, a instituição de critérios específicos e requisitos diferenciados de tempo de serviço ou contribuição para concessão de benefícios.

d) não alcança os militares, regidos por legislação específica, salvo quanto à fórmula de cálculo de tempo de contribuição e de efetivo exercício, que deve ser equivalente àquela fixada para os servidores sujeitos ao regime próprio.

e) deve ser dotado de equilíbrio atuarial, suportado por contribuições de todos os beneficiários e do Estado, em igual percentual, destinadas a Fundo Previdenciário, de instituição obrigatória, sujeito às mesmas regras contábeis dos fundos de previdência complementar.

50. O controle exercido pelos Tribunais de Contas em relação à atuação do Poder Executivo, nos limites fixados pela Constituição Federal, autoriza

a) o cancelamento de aposentadorias ou pensões concedidas em desconformidade com os requisitos legais, bem assim de modificações posteriores que não alterem o fundamento dos atos concessórios.

b) a sustação de contratos administrativos, quando identificado superfaturamento ou indícios de cartel ou conluio, a partir de representações ou auditorias realizadas de ofício junto ao órgão contratante.

c) a suspensão de licitações, quando, a partir da análise dos requisitos de habilitação ou julgamento previstos no correspondente edital, sejam identificadas ilegalidades que afetem seu caráter isonômico e restrinjam a competitividade.

d) o impedimento de nomeações de cargos em comissão, quando extrapolado o percentual destinado a servidores ocupantes de cargo efetivo ou identificada ausência do requisito constitucional para seu provimento.

e) o estabelecimento de limites para endividamento do ente, observados os parâmetros fixados pelo Senado Federal, bem como para concessão de garantia em operações de crédito.

51. Suponha que o Chefe do Executivo tenha editado decreto reestruturando determinada Secretaria de Estado. Nos termos do referido decreto, operou-se a concentração de atribuições em determinados órgãos da Pasta, com a correspondente redução em outros. Além disso, o ato extinguiu cargos vagos, efetivos e de livre provimento. Referido decreto foi contestado judicialmente pelos servidores, sustentando que o mesmo não encontra base legal, extrapolando, assim, os limites do poder regulamentar conferido ao Chefe do Executivo. Considerando as competências constitucionalmente estabelecidas, conclui-se corretamente que a edição do referido ato afigura-se juridicamente

a) ilegítima, eis que a extinção de cargos efetivos, ainda que vagos, constitui matéria de reserva de lei, não podendo ser operada por decreto.

b) legítima, eis que se situa no âmbito e nos limites da competência do poder normativo do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.

c) legítima apenas no que concerne à realocação de atribuições internas, porém inconstitucional quanto à extinção de cargos, por afronta ao princípio da legalidade.

d) legítima apenas se precedida de delegação legislativa para o Poder Executivo, ainda que de forma genérica, sob pena de afronta ao princípio da separação de poderes.

e) ilegítima, pois tanto a extinção de cargos como a reorganização de atribuições administrativas constituem matéria reservada ao campo da lei em sentido formal, cabendo apenas a regulamentação por decreto.

52. A Câmara dos Deputados constituiu comissão parlamentar de inquérito de caráter permanente, para apurar as irregularidades em atos de concessão de aposentadoria de servidores públicos titulares de cargos efetivos. Nesse contexto, considerando as provas documentais e orais colhidas, a comissão determinou (i) a quebra de sigilo bancário de autoridades suspeitas de prática de crime, (ii) a interceptação de conversas telefônicas mantidas entre essas autoridades e (iii) a indisponibilidade de seus bens para assegurar a recomposição dos danos causados ao erário público. À luz da Constituição Federal, algumas irregularidades foram praticadas nessa situação, como, por exemplo,

a) a instituição de comissão parlamentar de inquérito de caráter permanente, uma vez que a apuração deve ser concluída no prazo de seis meses, prorrogável uma vez por igual período.

- b) a indicação dos fatos que serão objeto de apuração, uma vez que devem ser investigados pela Polícia Civil, Tribunal de Contas do Estado e órgãos correicionais da Administração, e não pelo Poder Legislativo.
- c) a decisão de quebra de sigilo bancário, uma vez que a comissão não tem poderes para determiná-la, tendo em vista que o ato se submete à reserva de jurisdição.
- d) a determinação de interceptação de conversas telefônicas, ato que somente poderia ter sido praticado pela comissão se existisse inquérito policial em que as mesmas autoridades fossem investigadas.
- e) a determinação de indisponibilidade de bens, uma vez que a comissão não tem atribuição constitucional para tanto.

53. Lei de certo Estado da Federação, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, ao disciplinar a contratação de servidores por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, dispõe que:
Art. X – Consideram-se como necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:
[...] III – suprir necessidades de pessoal na área do magistério.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a norma acima transcrita mostra-se

- a) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que apenas a União poderia disciplinar as situações que justificam a contratação de servidores públicos por necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que as situações que justificam a contratação de servidores públicos por necessidade temporária de excepcional interesse público devem ser fixadas por decreto do Governador, por inserirem-se no âmbito da organização e do funcionamento da Administração Pública.
- c) incompatível com a Constituição Federal no ponto em que considera como necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações para suprir necessidades de pessoal na área do magistério.
- d) compatível com a Constituição Federal, uma vez que, ainda que a matéria pudesse ser objeto de decreto do Governador, não há óbice para que seja disciplinada por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
- e) compatível com a Constituição Federal, uma vez que cabe apenas à lei, de iniciativa do Governador, definir as situações que justificam a contratação temporária de excepcional interesse público.

54. O Presidente da República apresentou proposta de emenda à Constituição Federal fixando limite total de gastos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, vinculado

à arrecadação tributária. Incluída na ordem do dia para votação pelo plenário da Câmara dos Deputados, a proposta foi objeto de mandado de segurança impetrado por Deputado Federal, perante o Supremo Tribunal Federal, em que se argumentou que a medida contrariava as normas constitucionais sobre o processo legislativo, uma vez que o Presidente da República não teria iniciativa na matéria relativa aos gastos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Nessa situação, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o mandado de segurança mostra-se, em tese,

a) incabível, uma vez que não há base legal para o exercício do controle preventivo de constitucionalidade, embora a proposta seja inconstitucional pelo motivo apontado pelo Deputado.

b) incabível, uma vez que não há base legal para o exercício do controle preventivo de constitucionalidade e, ademais, o argumento de mérito do Deputado não encontra respaldo constitucional.

c) cabível, uma vez que se admite a legitimidade do parlamentar para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo, mas o argumento de mérito do Deputado não encontra respaldo constitucional.

d) cabível, uma vez que se admite a legitimidade do parlamentar para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo e, ademais, a proposta é inconstitucional pelo motivo apontado pelo Deputado.

e) incabível, uma vez que o instrumento processual adequado para se arguir a inconstitucionalidade da proposta é a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

55. Sobre as comissões parlamentares, é correto afirmar:

a) Podem ser permanentes ou temporárias. São exemplos das primeiras a Comissão de Constituição e Justiça, a de Segurança, a de Representação e a de Educação, Saúde e Cultura.

b) As comissões parlamentares permanentes, em razão da matéria de sua competência, estão autorizadas a requisitar depoimento de qualquer autoridade ou servidor e particulares.

c) A Comissão de Constituição e Justiça pode emitir parecer terminativo sobre a admissibilidade das proposições quanto à constitucionalidade, com recurso ao Plenário, atendidas as condições regimentais.

d) As comissões permanentes exercerão as atribuições que lhes caibam, sendo vedado a uma comissão exercer atribuições de outra comissão, salvo por determinação específica da Mesa Diretora.

e) Configuram atribuições comuns das comissões permanentes a manifestação sobre a suspensão de atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar e a consolidação dos textos normativos.

56. Sindicato dos servidores públicos constituído regularmente em janeiro de 2018 impetrou mandado de segurança coletivo em junho do mesmo ano a fim de garantir o direito de filiados seus, que assumiram mandato de deputado distrital, de computar o tempo de afastamento do cargo público para o exercício do mandato, para fins de participação em concurso de promoção por antiguidade. A petição inicial foi instruída com documentos que comprovavam a regularidade da constituição e do funcionamento do sindicato, mas não com autorização expressa dos servidores diretamente interessados no resultado da demanda. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o mandado de segurança foi impetrado de modo

a) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o sindicato não estava constituído há pelo menos um ano, embora os servidores tenham, no mérito, o direito pleiteado judicialmente.

b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o sindicato não apresentou autorização expressa de seus filiados para que a ação fosse proposta, embora os servidores tenham, no mérito, o direito pleiteado judicialmente.

c) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que o sindicato não poderia representar seus filiados para o fim pretendido na ação judicial, embora os servidores tenham, no mérito, o direito pleiteado judicialmente.

d) compatível com a Constituição Federal, embora os servidores não tenham, no mérito, o direito pleiteado judicialmente.

e) compatível com a Constituição Federal, uma vez que o sindicato está legitimado para sua propositura, independentemente de tempo de funcionamento e de autorização dos associados, ademais de aos servidores ser assegurado o direito pleiteado judicialmente.

57. Considere que a Câmara Legislativa do Distrito Federal tenha aprovado projeto de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, para o fim de condicionar a instauração de ação penal contra os Deputados Distritais, por crime comum cometido antes da diplomação, à prévia autorização da casa legislativa. À luz da Constituição Federal, a exigência contida na norma distrital

a) apenas poderia ter sido imposta mediante lei ordinária federal, tendo em vista que cabe privativamente à União dispor sobre matéria processual-penal.

b) não poderia ter sido imposta pelo legislador distrital, nem pelo legislador federal, uma vez que, pela Constituição Federal, não cabe condicionar a instauração de ação penal contra membro do Poder Legislativo à autorização prévia da Casa à qual pertença.

c) não poderia ter sido imposta pelo legislador distrital, nem pelo legislador federal, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça decidir sobre o recebimento da denúncia sem prévia manifestação do Poder Legislativo.

d) foi imposta mediante edição de ato normativo juridicamente adequado, uma vez que se trata de condição simétrica àquela contida na Constituição Federal em relação aos Deputados Federais.

e) apenas poderia ter sido imposta se a proposta fosse de iniciativa parlamentar, não tendo o Governador legitimidade para apresentá-la.

58. De acordo com as normas constitucionais que asseguram o exercício dos mandatos de parlamentares e do Chefe do Poder Executivo, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, diferentemente do tratamento dado

a) aos Deputados Federais e Senadores, aos Deputados Distritais é garantida a imunidade material apenas na circunscrição do Distrito Federal.

b) aos Deputados Federais e Senadores, é vedada a instituição de foro especial para o processo e julgamento de crimes comuns cometidos por Deputados Distritais durante o mandato.

c) ao Presidente da República, o Governador do Distrito Federal é processado e julgado pela prática de crime comum sem prévia autorização da Câmara Legislativa.

d) aos Deputados Federais e Senadores, os Deputados Distritais podem ser presos pela prática de crime comum cometido fora do período do mandato, não cabendo ao Poder Legislativo estadual resolver, nesse caso, sobre a prisão.

e) ao Presidente da República, o Governador do Distrito Federal não pode ser afastado do exercício do cargo em razão do recebimento de denúncia pela prática de crime comum, sequer por decisão judicial.

59. De acordo com a Constituição Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito gozam de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Isso significa que, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF),

a) estão autorizadas a decretar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas investigadas, sem a intermediação do poder Judiciário, fundamentando a medida.

b) estão autorizadas a decretar prisão preventiva e quebra de sigilo bancário e fiscal, mediante decisão fundamentada.

c) devem solicitar ao STF a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas investigadas, justificando a medida.

d) podem decretar a indisponibilidade de bens dos investigados, desde que por decisão colegiada e fundamentada a medida

e) podem decretar a interceptação telefônica, por tempo determinado e mediante decisão colegiada fundamentada, mantendo em sigilo o teor das informações obtidas, desde que prescindíveis ao escopo da investigação.

60. Robert Alexey, com base na jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão, ensina que, com relação ao direito à igualdade, é

a) legítimo ao legislador criar distinções com a finalidade de igualar oportunidades em prol de indivíduos e grupos menos favorecidos, pois, se houver uma razão suficiente para o dever de um tratamento desigual, então, o tratamento desigual é obrigatório.

b) ilegítima a criação de distinções, mesmo que com a finalidade de igualar oportunidades em prol de indivíduos menos favorecidos, pois, quando nos referimos ao direito à igualdade, e não ao princípio da igualdade, não há a distinção entre a igualdade formal e a igualdade material.

c) legítimo ao Poder Executivo adequar a previsão legislativa, somente agindo de forma desigual se os indivíduos apresentarem-se em condições de desigualdade.

d) ilegítima a diferenciação entre indivíduos de uma mesma comunidade, no tratamento pelo Poder Executivo, se compõem ambos a mesma comunidade, independentemente de sua diferenciação econômica.

e) ilegítimo o tratamento legislativo desigual, pois ao Legislativo cabe a previsão de direitos em seu aspecto formal.

Gabarito – Direito Constitucional

01. E	02. E	03. B	04. B	05. E	06. E	07. D	08. A	09. A	10. B
11. A	12. E	13. E	14. A	15. A	16. C	17. D	18. C	19. E	20. C
21. B	22. A	23. A	24. C	25. A	26. D	27. E	28. A	29. C	30. C
31. D	32. E	33. B	34. A	35. A	36. C	37. C	38. E	39. D	40. E
41. D	42. A	43. A	44. A	45. B	46. B	47. C	48. B	49. B	50. C
51. B	52. E	53. C	54. C	55. C	56. E	57. B	58. C	59. A	60. A

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

01. Por padrão, as extensões de arquivos conhecidos e ocultos não são exibidas nos nomes de arquivos apresentados no Explorador de Arquivos ou na Área de trabalho do Windows 10. Existem diferentes formas para configurar a apresentação das extensões de arquivos, sendo uma delas, por meio do

a) clicar do botão direito do mouse sobre a Barra de ferramentas > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.

b) Explorador de Arquivos > menu Início > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.

c) clicar do botão direito do mouse na Área de trabalho > na janela que aparece clicar em Exibir > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.

d) Explorador de Arquivos > menu Exibir > clicar a opção Extensões de nomes de arquivos.

e) clicar do botão direito do mouse na janela do Explorador de Arquivos > na janela que aparece clicar em Exibir > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.

02. Para acessar a página pela qual será possível encontrar a opção que permitirá limpar os dados de navegação (histórico, senhas, cookies etc.) das versões mais recentes do Google Chrome, basta digitar, na linha de endereço do navegador, o comando

a) google://settings/

b) goto history

c) chrome://history/

d) http://history

e) clear://history

03. No trabalho diário em ambiente Microsoft Windows 10 é comum a organização de arquivos em pastas, que podem ser criadas em um pen drive, no HD, na área de trabalho ou dentro de outras pastas. Para criar uma pasta rapidamente, basta

a) selecionar o local onde se deseja criar a pasta e pressionar a combinação de teclas Ctrl + p.

b) clicar com o botão esquerdo do mouse no local onde se deseja criar a pasta e selecionar a opção Criar Pasta.

c) clicar com o botão direito do mouse no local onde se deseja criar a pasta e, depois, clicar no menu Arquivo e na opção Nova Pasta.

d) clicar com o botão direito do mouse no local onde se deseja criar a pasta e selecionar as opções Novo > Pasta.

e) clicar com o botão direito do mouse no local onde se deseja criar a pasta e selecionar a opção Nova Pasta.

04. Um usuário tem 200 documentos em uma pasta chamada administrativo, de um computador com Windows 7 Professional, em português. Antes de postar todos esses documentos em um site de serviço de armazenamento online, ele deseja agrupá-los em um único arquivo, realizando um processo de

- a) formatação otimizada por meio da ferramenta WinFormat.
- b) fragmentação por meio de softwares como WinZip e CompactWin.
- c) compactação por meio de uma ferramenta como WinRAR ou WinZip.
- d) compressão por meio de softwares como WinRAR e LaTeX.
- e) compactação por softwares como NetZip e Zotero.

05. Quando o sistema operacional Windows 7, em português, é inicializado, alguns programas podem ser iniciados automaticamente, como antivírus, recursos de impressoras e até mesmo softwares maliciosos que podem ativar diversos tipos de malware. Isso pode causar, dentre outros problemas, um atraso extra na inicialização do computador. Esse problema pode ser evitado desativando-se a inicialização automática destes softwares na janela de configuração do sistema, que pode ser acessada clicando-se no botão Iniciar e digitando-se no campo Pesquisar programas e arquivos o comando

- a) sysadmin.
- b) settings.msc.
- c) control-pnl.
- d) control-pnl.
- e) msconfig.

06. Um usuário está com vários softwares abertos em um computador com o Windows 7 Professional, em português. Dentre eles estão o Microsoft Word, o Microsoft Excel e o navegador Google Chrome, que está com 5 páginas abertas em abas diferentes. O usuário está lendo um relatório em uma página ativa aberta em uma das abas do navegador e, ao pressionar a combinação de teclas Alt + F4,

- a) apenas a aba atual no navegador é fechada.
- b) o navegador é fechado.
- c) todos os softwares abertos são fechados.
- d) o Windows é reinicializado.
- e) alterna-se para a próxima aba do navegador.

07. O Google Chrome tem vários recursos para ajudar a proteger a privacidade do usuário enquanto ele navega na Internet. Estes recursos incluem os sistemas de

proteção contra phishing e malware e a correção automática de erros de digitação em endereços da web. Para ativar estes recursos um usuário abriu a tela de configurações do Chrome, clicou em Mostrar configurações avançadas..., localizou o grupo Privacidade e marcou as opções Utilizar um serviço da web para ajudar a solucionar erros de navegação, Utilizar um serviço da web para ajudar a solucionar erros de ortografia e Proteger você e seu dispositivo de sites perigosos. A tela de configurações do Google Chrome pode ser aberta digitando-se na linha de endereço do navegador

- a) <http://www.google.com/setup>
- b) <chrome://settings>
- c) <http://www.google.com/tools>
- d) <chrome://config>
- e) <chrome://setup>

08. Há um padrão global de comunicação sem fio, de baixo consumo de energia, que permite a transmissão de dados entre dispositivos, desde que um esteja próximo do outro. Uma combinação de hardware e software é utilizada para permitir que este procedimento ocorra entre os mais variados tipos de aparelhos. A transmissão de dados é feita por um meio que permite que um dispositivo detecte o outro independente de suas posições, sendo necessário apenas que ambos estejam dentro do limite de proximidade (a princípio, quanto mais perto um do outro, melhor).

O padrão de comunicação e o meio de transmissão são, correta e respectivamente,

- a) infravermelho – microondas.
- b) radiofrequência – WiFi.
- c) WiMax – fibra óptica
- d) bluetooth – radiofrequência.
- e) WiFi – bluetooth.

09. Hoje a maioria das pessoas escuta músicas e assiste a vídeos na Internet através de um processo que não requer que se espere fazer o download de todo o conteúdo para depois assistir, sendo possível a exibição do áudio e do vídeo enquanto é feita a transferência dos dados. Além disso, o conteúdo é armazenado em um local e apagado após a conclusão da tarefa. Este processo só necessita, realmente, de um certo tipo de conexão com a Internet.

O texto faz referência a um processo e a um certo tipo de conexão com a Internet, que são, respectivamente,

- a) upload – wireless.
- b) streaming – dial modem.
- c) upload – cable modem.
- d) broadcasting – wireless.
- e) streaming – banda larga.

10. Um funcionário do CREMESP deseja que não seja mais emitido um som na inicialização do Windows 7, em português, toda vez que seu computador é iniciado. Para isso, ele deve clicar no botão Iniciar, clicar em Painel de Controle, clicar em

- a) Hardware e Sons e, na aba Som da janela que se abre, marcar a opção Não tocar som de Inicialização do Windows.
- b) Hardware e Sons, clicar em Som e, na aba Sons da janela que se abre, desmarcar a opção Tocar som de Inicialização do Windows.
- c) Dispositivos de Áudio, clicar em Reprodução e na janela que se abre, desmarcar a opção Tocar som de Inicialização do Windows.
- d) Dispositivos de Áudio, clicar em Reprodução e na janela que se abre, marcar a opção Não tocar som de Inicialização do Windows.
- e) Opções de Sons, clicar em Áudio e, na aba Sons da janela que se abre, marcar a opção Não tocar som de Inicialização do Windows.

11. Um funcionário do CREMESP, em seu computador com o Windows 7, em português, instalado, realizou a seguinte sequência de ações:

1. clicou no botão Iniciar e, no campo Pesquisar programas e pastas, digitou cmd e pressionou a tecla Enter.
2. na janela que se abriu digitou cd \ e pressionou a tecla Enter.
3. ainda na janela aberta digitou md CREMESP e pressionou a tecla Enter.

Com estas ações, o funcionário

- a) criou a pasta CREMESP no diretório raiz.
- b) eliminou a pasta CREMESP do diretório raiz.
- c) executou o aplicativo CREMESP.
- d) eliminou o aplicativo CREMESP.
- e) entrou na intranet do CREMESP.

12. O protocolo de transmissão que permite trocas de arquivos grandes e permite também acessar remotamente sistemas de arquivos, diretamente entre computadores sem passar por pela web, é chamado

- a) HTTP.
- b) DHCP.
- c) IP.
- d) FTP.
- e) SMTP.

13. Um usuário do Google Chrome sabe que, por padrão, os arquivos baixados da internet são gravados na pasta Downloads de computadores que utilizam o sistema operacional Windows. Porém, esse usuário deseja que, toda vez que um arquivo for baixado, seja questionado em qual local ele deseja salvá-lo. Para isso, ele deverá clicar no botão "Personalizar e controlar o Google Chrome", depois selecionar

- a) Downloads > Definir local e ativar "Definido pelo usuário".
- b) Configurações > Avançado e, no grupo Downloads, ativar "Perguntar onde salvar cada arquivo antes de fazer download".
- c) Preferências > Avançado > Downloads e ativar "Perguntar antes de salvar".
- d) Downloads > Avançado e, no grupo Definir Local, ativar "Perguntar onde salvar cada arquivo antes de fazer download".
- e) Configurações > Downloads e ativar "Permitir a escolha do local".

14. No Explorador de Arquivos do Windows 10, um profissional observou a existência de um pen drive conectado ao computador, onde, dos 64 GB de capacidade total, há apenas 3,2 GB livres. Nessas condições, será possível armazenar nesse pen drive

- a) um arquivo de vídeo de 4294967296 bytes.
- b) um arquivo compactado de 3686 MB.
- c) vários arquivos de texto que totalizam 3704409292 bytes.
- d) vários arquivos de imagem que totalizam 0,0038 TB.
- e) um arquivo de vídeo de 3290443 KB.

15. Considere que uma Analista de TI está trabalhando em um computador sem SSD, com sistema operacional Windows 10 em português, em condições ideais. Buscando aumentar a velocidade de boot do sistema, leu o seguinte artigo:

Se você quer agilizar um pouco o carregamento do sistema sem custos, é possível alterar uma configuração que ativa mais núcleos do processador para acelerar o início do Windows 10. Passo a passo:

- 1) Abra o Menu Iniciar e digite "msconfig"
- 2) Clique em "Configuração do Sistema"
- 3) Na janela que se abre, clique em "Inicialização do Sistema" para acessar as opções de boot do Windows
- 4) Selecione o Windows 10 (que pode já estar marcado) e clique em "Opções avançadas"

Nesse contexto, é correto afirmar:

- a) O próximo passo seria: Na janela de Opções Avançadas de INICIALIZAÇÃO, marque a caixa "Número de processadores". Na sequência, selecione o número de núcleos que devem ser utilizados. Clique em OK, depois em Aplicar e reinicie o computador.

- b) Após finalizar o processo, aumentar o número de processadores e reiniciar o computador, os benefícios da alteração são muito grandes. O tempo de boot será reduzido de três minutos para 20 segundos.
- c) Se o computador tiver qualquer um dos 3 modelos do processador Intel Core i3, o número de processadores poderá ser aumentado para 4, pois o i3 é quadcore. Isso reduzirá o boot do computador para 1/4 do tempo antes da alteração.
- d) O próximo passo seria: Na janela de Opções Avançadas, clique na guia Desempenho e marque a caixa "Número de núcleos do processador". Na sequência, selecione o número de núcleos que devem ser utilizados. Clique em OK, depois em Aplicar e reinicie o computador.
- e) Se o computador tiver qualquer um dos modelos do processador Intel Core i7 de 3.33 GHZ, o número de processadores poderá ser aumentado para 8, pois esses modelos são octacore. Isso poderá reduzir o boot do computador para até 1/8 do tempo antes da alteração.

16. Um Técnico de TI deseja que toda vez que o Windows 10, em Português, for iniciado, um determinado software da empresa onde trabalha seja iniciado automaticamente. Para isso, terá que colocar o atalho para esse software na pasta de inicialização do Windows. Essa pasta pode ser acessada a partir do pressionamento simultâneo da tecla com logotipo do Windows + R e da digitação no campo "Abrir" da instrução

- a) start:initfolder
- b) powershell:initfolder.ms
- c) open:initfolder
- d) shell:startup
- e) msconfig.

17. No navegador Google Chrome, um Analista pressionou simultaneamente a combinação de teclas Ctrl + Shift + N para

- a) abrir uma nova janela para navegação anônima.
- b) fechar a aba (guia) atual.
- c) ir direto ao final da página, evitando o uso da barra de rolagem.
- d) imprimir o conteúdo da página.
- e) adicionar a página aberta na guia atual à lista de sites favoritos.

18. Um Analista estava utilizando o navegador Mozilla Firefox em português (versão 60.0.1, 64 bits), em condições ideais, e digitou a sequência de teclas Ctrl+Shift+P para

- a) fechar a página na qual estava navegando.
- b) abrir uma nova janela privativa e navegar de modo privativo.
- c) abrir o histórico de navegação.
- d) localizar algo de seu interesse na página na qual estava navegando.

e) acessar o gerenciador de extensões.

19. Para visualizar o endereço IP do computador em linha de comando, no Windows e no Linux, o Analista deve utilizar, respectivamente, as instruções

- a) ip /i mscomp e ip -i lxcomp
- b) net /ip e lan -ip
- c) show_ip this e get_ip lxcomp
- d) ipconfig e ifconfig
- e) ipWin e ipLx

20. Considere a seguinte situação hipotética: um usuário recebe o sinal de Internet no seu computador desktop através de um modem de banda larga que também é roteador wireless, ligado diretamente ao computador por um cabo ethernet. Apesar de todos os equipamentos serem atuais e terem sido instalados recentemente, em determinado momento a Internet para de funcionar e aparece um símbolo de falha no ícone da rede da barra de tarefas.

Um conjunto de possíveis problemas relacionados a esta situação e ações para resolvê-los é elencado abaixo.

I. O cabo ethernet de par trançado pode ter se desconectado ou ficado frouxo, em decorrência do usuário movimentar o gabinete ou o modem. É recomendável que o usuário verifique a conexão do cabo, tanto no modem quanto no gabinete do computador.

II. O modem pode não estar funcionando bem em decorrência, por exemplo, de sobrecarga no tráfego de informações. É recomendável que o usuário desligue o modem e ligue-o novamente após alguns segundos, para que ele seja reiniciado e o seu funcionamento normal seja restaurado.

III. O adaptador de rede pode estar desativado, o driver pode estar desatualizado ou a placa de rede pode estar danificada. É recomendável que o usuário atualize o driver do adaptador de rede, ative-o, caso esteja desativado, ou providencie a troca da placa de rede, caso esteja danificada.

IV. O cabo ethernet coaxial pode ter se rompido devido ao seu núcleo de alumínio ser bastante sensível, principalmente nas proximidades dos conectores RJ-35 usados para fazer a ligação ao modem e ao gabinete do computador. É recomendável que o usuário faça uma verificação visual para saber se o cabo está rompido.

São problemas e ações corretas que podem ser tomadas para tentar resolvê-los o que consta APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

Gabarito – Noções de Informática

01. D	02. C	03. D	04. C	05. E	06. B	07. B	08. D	09. E	10. B
11. A	12. D	13. B	14. E	15. A	16. D	17. A	18. B	19. D	20. A